



PROJETO DE LEI Nº 676/2013

**LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO A D. L.**
Em, 26 NOV 2013

1º Secretário

Revoga as Leis nº 7.141/1979, nº
9.583/1991, nº 9.636/1991, nº
9.685/1991, nº 9.688/1991, nº
9.740/1991, nº 9.753/1991, nº
9.762/1991, nº 9.766/1991, nº
9.805/1991, nº 9.864/1991, nº
9.867/1991, nº 9.912/1992, nº
9.924/1992 e nº 9.928/1992.

Art. 1º Ficam revogadas as Leis nº 7.141, de 11 de maio de 1979; nº 9.583, de 9 de abril de 1991; nº 9.636, de 5 de julho de 1991; nº 9.685, de 5 de setembro de 1991; nº 9.688, de 5 de setembro de 1991; nº 9.740, de 17 de outubro de 1991; nº 9.753, de 17 de outubro de 1991; nº 9.762, de 21 de outubro de 1991; nº 9.766, de 21 de outubro de 1991; nº 9.805, de 12 de novembro de 1991; nº 9.864, de 20 de dezembro de 1991; nº 9.867, de 20 de dezembro de 1991; nº 9.912, de 19 de março de 1992; nº 9.924, de 8 de abril de 1992 e nº 9.928, de 10 de abril de 1992.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, 25 de novembro de 2013

Deputado **CAÍTO QUINTANA**

PRESIDENTE

Deputado **PEDRO LUPION**

RELATOR



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
*Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente n 19/2013,
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de utilidade pública*



Deputada **CANTORA MARA LIMA**

MEMBRO

Deputado **TADEU VENERI**

MEMBRO

Deputado **TERCÍLIO TURINI**

MEMBRO

Deputado **ANDRE BUENO**

MEMBRO

Deputado **ANIBELLI NETO**

MEMBRO

JUSTIFICATIVA

Trata-se de revogação de Leis outorgando o Título de Utilidade Pública a entidades que não desenvolvem mais suas atividades, estando, inclusive, baixadas perante o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica da Receita Federal, devido à inaptidão prevista no artigo 54 da Lei Federal nº 11.941/2009.

Assim, e diante da necessidade de revogação das Leis pelos motivos acima expostos, contamos com o apoio dos nobres para aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões, 25 de novembro de 2013.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 676/2013

Projeto de Lei nº. 676/2013

Autores: Deputados Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima e Tercílio Turini.

Súmula: Revoga as Leis nº 7.141/1979, 9.583/1991, 9.636/1991, 9.685/1991, 9.688/1991, 9.740/1991, 9.753/1991, 9.762/1991, 9.766/1991, 9.805/1991, 9.864/1991, 9.867/1991, 9.912/1992, 9.924/1992 e 9.928/1992.

EMENTA: REVOGAÇÃO DAS LEIS Nº 7.141/1979, 9.583/1991, 9.636/1991, 9.685/1991, 9.688/1991, 9.740/1991, 9.753/1991, 9.762/1991, 9.766/1991, 9.805/1991, 9.864/1991, 9.867/1991, 9.912/1992, 9.924/1992 E 9.928/1992 QUE OUTORGAM O TÍTULO DE UTILIDADE PÚBLICA – ENTIDADES JÁ EXTINTAS – POSSIBILIDADE DE REVOGAÇÃO - REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Estaduais Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima e Tercílio Turini, tem por objetivo revogar as Leis:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Lei 7.141/1979. Súmula: Declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DOS PAIS CRISTÃOS, com sede e foro na cidade de Iratí.

Lei 9.583/1991. Súmula: Declara de Utilidade Pública o Instituto Monte Sinai de assistência social, com sede e foro na cidade de Goioerê, Estado do Paraná.

Lei 9.636/1991. Súmula: Declara de Utilidade Pública o Conselho Comunitário do Centro de Atendimento Integrado ao Deficiente, com sede e foro nesta Capital.

Lei 9.685/1991. Súmula: Declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores do Conjunto Ilha Bela, de Curitiba- Pr.

Lei 9.688/1991. Súmula: Declara de Utilidade Pública a Guarda Mirim de Porto Rico- Pr.

Lei 9.740/1991. Súmula: Declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DO SFUNCIONÁRIOS MUNICIPAIS de Realeza.

Lei 9.753/1991. Súmula: Declara de Utilidade Pública a Associação de Senhoras de Rorarianos de Catanduvas- Pr, com sede e foro no município de Catandivas- Pr.

Lei 9.762/1991. Súmula: Declara de Utilidade Pública a AMUPS- Associação de Microunidades de Produção e Prestação de Serviços de Curitiba e Região Metropolitana.

Lei 9.766/1991. Súmula: Declara de Utilidade Pública a Associação de Recuperação do Alcoólatra, com sede e foro na Cidade de Assaí, Estado do Paraná.

Lei 9.805/1991. Súmula: Declara de Utilidade Pública a Associação Batalhão de Suez- Regional do Paraná, com sede e foro nesta Capital.

Lei 9.864/1991. Súmula: Declara de Utilidade Pública a Associação Lar do Jovem Estudante Luterano- ALAJEL, com sede e foro nesta Capital.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Lei 9.867/1991. Súmula: Declara de Utilidade Pública a Associação dos Docentes da Escola de Música e Belas Artes do Paraná, ADEMBAP, com sede e foro nesta capital.

Lei 9.912/1992. Súmula: Declara de Utilidade Pública a Associação Clubes de Mães do município de Maria Helena.

Lei 9.924/1992. Súmula: Declara de Utilidade Pública a Associação Social Evangélica Shalon Betel, com sede e foro no município de Siqueira Campos.

Lei 9.928/1992. Súmula: Declara de Utilidade Pública a Associação de Desenvolvimento Comunitário de Ventania- ASDECO,, município de Ventania- Paraná.

Estas Leis concederam o título de utilidade pública a entidades que atualmente não desempenham mais suas atividades, ou seja, estão extintas.

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:

g) declaração de utilidade pública de entidades civis.

Ademais, verifica-se que os nobres deputados detêm a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corrobora deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

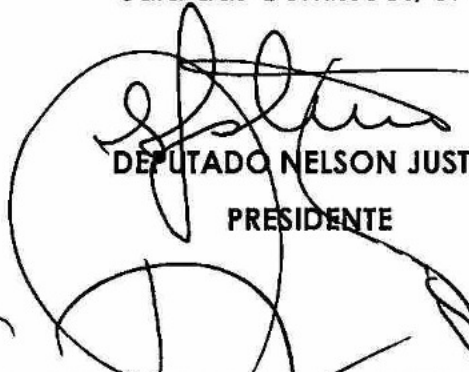
Conforme o Artigo 3º, da Lei nº 16.888/2011, as entidades que pleiteiam a declaração de utilidade pública deverão apresentar relatórios consubstanciados das atividades que realizaram no último ano que antecede a data do pedido perante a Assembleia Legislativa, com assinaturas dos membros da diretoria.

Portanto, conforme dispositivo acima citado, as referidas entidades não possuem mais os requisitos elencados na legislação em vigor, sendo assim, necessária se faz a revogação das respectivas leis que concederam o título de utilidade pública às mesmas.

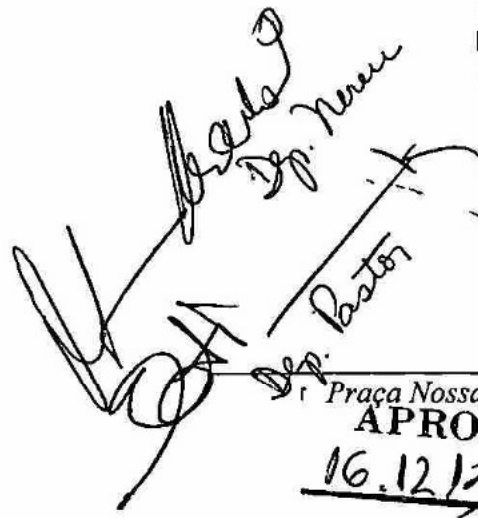





CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, em 16 de dezembro de 2013.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO FERNANDO SCANAVACCA
RELATOR

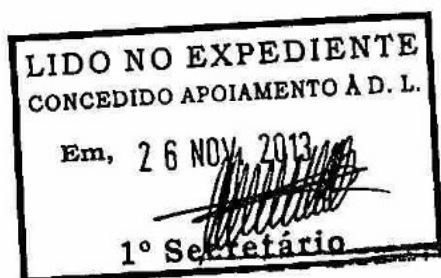






Praça Nossa Senhora da Saleté s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

APROVADO

16.12.13



PROJETO DE LEI Nº 677/2013



Revoga as Leis nº 10.384/1993, nº
10.402/1993, nº 10.415/1993, nº
10.424/1993, nº 10.718/1994, nº
10.780/1994, nº 10.839/1994, nº
10.849/1994, nº 10.854/1994, nº
10.924/1994, nº 10.925/1994, nº
10.939/1994, nº 11.320/1996, nº
12.153/1998, nº 12.160/1998.

Art. 1º Ficam revogadas as Leis nº 10.384, de 14 de julho de 1993; nº 10.402, de 2 de agosto de 1993; nº 10.415, de 2 de agosto de 1993; nº 10.424, de 2 de agosto de 1993; nº 10.718, de 7 de março de 1994; nº 10.780, de 10 de maio de 1994; nº 10.839, de 5 de julho de 1994; nº 10.849, de 5 de julho de 1994; nº 10.854, de 5 de julho de 1994; nº 10.924, de 26 de outubro de 1994; nº 10.925, de 26 de outubro de 1994; nº 10.939, de 28 de novembro de 1994; nº 11.320, de 17 de janeiro de 1996; nº 12.153, de 27 de maio de 1998; nº 12.160, de 27 de maio de 1998.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, 25 de novembro de 2013.

Deputado **CAÍTO QUINTANA**
PRESIDENTE

Deputado **PEDRO LUPION**
RELATOR

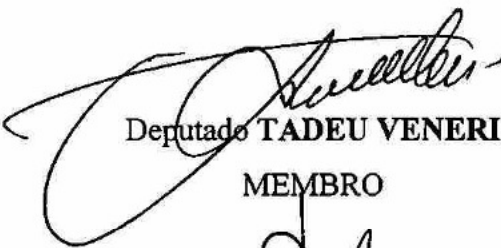


Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
*Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente n 19/2013,
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de utilidade pública*




Deputada **CANTORA MARA LIMA**

MEMBRO


Deputado **TADEU VENERI**

MEMBRO


Deputado **TERCÍLIO TURINI**

MEMBRO

Deputado **ANDRE BUENO**

MEMBRO

Deputado **ANIBELLI NETO**

MEMBRO

JUSTIFICATIVA

Trata-se de revogação de Leis outorgando o Título de Utilidade Pública a entidades que não desenvolvem mais suas atividades, estando, inclusive, baixadas perante o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica da Receita Federal, devido à extinção por encerramento e liquidação voluntária.

Assim, e diante da necessidade de revogação das Leis pelos motivos acima expostos, contamos com o apoio dos nobres para aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões, 25 de novembro de 2013.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 677/2013

Projeto de Lei nº. 677/2013

Autores: Deputados Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima e Tercílio Turini.

Súmula: Revoga as Leis nº 10.384/1993, 10.402/1993, 10.415/1993, 10.424/1993, 10.718/1994, 10.780/1994, 10.839/1994, 10.849/1994, 10.854/1994, 10.924/1994, 10.925/1994, 10.939/1994, 11.320/1996, 12.153/1998 e 12.160/1998.

EMENTA: REVOGAÇÃO DAS LEIS Nº 10.384/1993, 10.402/1993, 10.415/1993, 10.424/1993, 10.718/1994, 10.780/1994, 10.839/1994, 10.849/1994, 10.854/1994, 10.924/1994, 10.925/1994, 10.939/1994, 11.320/1996, 12.153/1998 E 12.160/1998 QUE OUTORGAM O TÍTULO DE UTILIDADE PÚBLICA – ENTIDADES JÁ EXTINTAS – POSSIBILIDADE DE REVOGAÇÃO - REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Estaduais Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima e Tercílio Turini, tem por objetivo revogar as Leis:

Lei 10.384/1993. Súmula: Declara de utilidade pública o Cempas - Centro Maripaense de Promoção e Assistência Social, com sede e foro no município de Maripá.

Lei 10.402/1993. Súmula: Declara de utilidade pública estadual o Centro de Promoção ao Menor Nossa Senhora das Graças, com sede e foro na cidade de Londrina.

Lei 10.415/1993. Súmula: Declara de Utilidade Pública a Fundação Torre Forte de Apoio ao Desenvolvimento Assistencial, Educacional e Cultural - FADAEC, com sede e foro na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

Lei 10.424/1993. Súmula: Dá nova redação ao art. 1º da Lei 8.510, de 30/06/87, que declara de utilidade pública a Associação Comunitária de Educandos, Pais e Educadores, com sede e foro nesta Capital.

Lei 10.718/1994. Súmula: Declara utilidade pública a Pastoral dos Portadores de Deficiência de Londrina, com sede e foro na cidade de Londrina - Pr.

Lei 10.780/1994. Súmula: Declara de utilidade pública a Associação dos Moradores, com sede no Distrito de Paranagí, município de Sertaneja, Estado do Paraná.

Lei 10.839/1994. Súmula: Declara de utilidade pública o Clube das Senhoras do Conjunto Habitacional Monteiro Lobato, com sede e foro no Município de Ponta Grossa, Estado do Paraná.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Lei 10.849/1994. Súmula: Declara de utilidade pública a Associação dos Servidores Federais Aposentados - Paraná, ASFA/PR, com sede e foro nesta Capital.

Lei 10.854/1994. Súmula: Declara de utilidade pública a "Associação das Crianças e Adolescentes de Clevelândia", com sede e foro naquele Município.

Lei 10.924/1994. Súmula: Declara de utilidade pública a Associação do Menor de Rua de Paranavaí, com sede e foro em Paranavaí.

Lei 10.925/1994. Súmula: Declara de utilidade pública a Fundação Cultural Rainha da Paz de Cascavel, com sede e foro na cidade de Cascavel, Estado do Paraná.

Lei 10.939/1994. Súmula: Declara de utilidade pública a Fundação Serafim Meneghel, com sede e foro na cidade de Bandeirantes.

Lei 11.320/1996. Súmula: Declara de utilidade pública a AMECAM- Associação dos Meninos de Campo Mourão, com sede e foro no município de Campo Mourão.

Lei 12.153/1998. Súmula: Declara de utilidade pública a Sociedade Filantrópica Luz, com sede e foro na cidade de São Jerônimo da Serra.

Lei 12.160/1998. Súmula: Declara de utilidade pública a Associação Educacional Vigilantes Mirins de Alto Paraná, com sede e foro no município de Alto Paraná.

Estas Leis concederam o título de utilidade pública a entidades que atualmente não desempenham mais suas atividades, ou seja, estão extintas.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:

g) declaração de utilidade pública de entidades civis.

Ademais, verifica-se que os nobres deputados detêm a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.



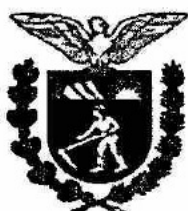
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Corrobora deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Conforme o Artigo 3º, da Lei nº 16.888/2011, as entidades que pleiteiam a declaração de utilidade pública deverão apresentar relatórios consubstanciados das atividades que realizaram no último ano que antecede a data do pedido perante a Assembleia Legislativa, com assinaturas dos membros da diretoria.

Portanto, conforme dispositivo acima citado, as referidas entidades não possuem mais os requisitos elencados na legislação em vigor, sendo assim, necessária se faz a revogação das respectivas leis que concederam o título de utilidade pública às mesmas.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

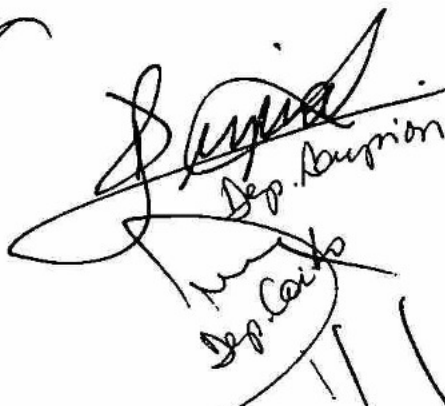

Sala das Comissões, em 16 de dezembro de 2013.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO FERNANDO SCANAVACCA
RELATOR


Dep. Turiani


Dep. Pastor

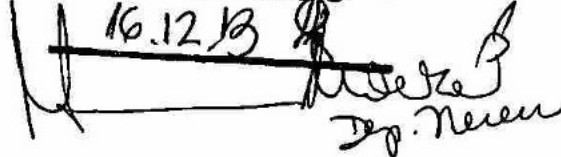

Dep. Bourbon

Dep. Leite

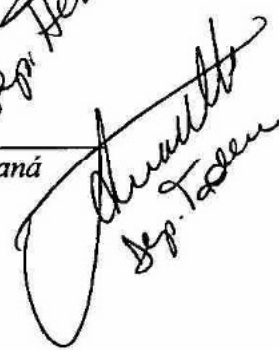

Dep. Hermes Jr.

Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

APROVADO

16.12.13


Dep. Nereu


Dep. Tadeu

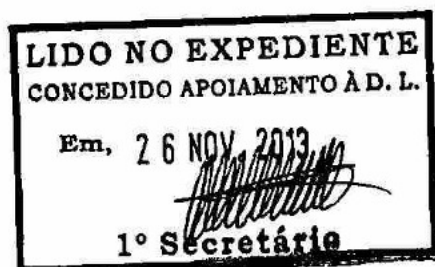


Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente n 19/2013,
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de utilidade pública



PROJETO DE LEI Nº 678 /2013



Revoga as Leis nº 10.608/1993, nº
10.611/1993, nº 10.731/1994, nº
10.759/1994, nº 10.778/1994, nº
10.810/1994, nº 10.846/1994, nº
10.948/1994, nº 10.987/1994, nº
11.048/1995, nº 11.081/1995, nº
11.193/1995, nº 11.194/1995, nº
11.199/1995, nº 11.296/1995.

Art. 1º Ficam revogadas as Leis nº 10.608, de 13 de dezembro de 1993; nº 10.611, de 13 de dezembro de 1993; nº 10.731, de 11 de abril de 1994; nº 10.759, de 9 de maio de 1994; nº 10.778, de 10 de maio de 1994; nº 10.810, de 24 de maio de 1994; nº 10.846, de 5 de julho de 1994; nº 10.948, de 7 de dezembro de 1994; nº 10.987, de 27 de dezembro de 1994; nº 11.048, de 3 de janeiro de 1995; nº 11.081, de 24 de abril de 1995; nº 11.193, de 13 de novembro de 1995; nº 11.194, de 13 de novembro de 1995; nº 11.199, de 13 de novembro de 1995; nº 11.296, de 26 de dezembro de 1995.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, 25 de novembro de 2013.

Deputado **CAYO QUINTANA**

PRESIDENTE

Deputado **PEDRO LUPION**

RELATOR



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
*Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente n 19/2013,
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de utilidade pública*





Deputada **CANTORA MARA LIMA**

MEMBRO


Deputado **TADEU VENERI**

MEMBRO


Deputado **TERCÍLIO TURINI**

MEMBRO

Deputado **ANDRE BUENO**

MEMBRO

Deputado **ANIBELLI NETO**

MEMBRO

JUSTIFICATIVA

Trata-se de revogação de Leis outorgando o Título de Utilidade Pública a entidades que não desenvolvem mais suas atividades, estando, inclusive, baixadas perante o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica da Receita Federal, devido à inaptidão prevista no artigo 54 da Lei Federal nº 11.941/2009.

Assim, e diante da necessidade de revogação das Leis pelos motivos acima expostos, contamos com o apoio dos nobres para aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões, 25 de novembro de 2013.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 678/2013

Projeto de Lei nº. 678/2013

Autores: Deputados Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima e Tercílio Turini.

Súmula: Revoga as Leis nº 10.608/1993, 10.611/1993, 10.731/1994, 10.759/1994, 10.778/1994, 10.810/1994, 10.846/1994, 10.948/1994, 10.987/1994, 11.048/1995, 11.081/1995, 11.193/1995, 11.194/1995, 11.199/1995 e 11.296/1995.

EMENTA: REVOGAÇÃO DAS LEIS Nº 10.608/1993, 10.611/1993, 10.731/1994, 10.759/1994, 10.778/1994, 10.810/1994, 10.846/1994, 10.948/1994, 10.987/1994, 11.048/1995, 11.081/1995, 11.193/1995, 11.194/1995, 11.199/1995 E 11.296/1995 QUE OUTORGAM O TÍTULO DE UTILIDADE PÚBLICA – ENTIDADES JÁ EXTINTAS – POSSIBILIDADE DE REVOGAÇÃO - REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Estaduais Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima e Tercílio Turini, tem por objetivo revogar as Leis:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Lei 10.608/1993. Súmula: Declara de utilidade pública a Associação Comunitária Presidente Tancredo Neves, com sede e foro nesta Capital.

Lei 10.611/1993. Súmula: Declara de utilidade pública a Associação de Moradores do Bairro Jardim Cecília, com sede e foro no município de Almirante Tamandaré.

Lei 10.731/1994. Súmula: Declara de utilidade pública o Asilo São João Batista, no Município de Tapejara - PR.

Lei 10.759/1994. Súmula: Declara de utilidade pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Quatro Barras, com sede e foro no Município de Quatro Barras.

Lei 10.778/1994. Súmula: Declara de utilidade pública a Associação de Moradores e Amigos do Jardim Ouro Verde, com sede e foro no Município de São José dos Pinhais - Pr.

Lei 10.810/1994. Súmula: Declara de utilidade pública estadual a Associação de Moradores do Jardim Guarany, com sede e foro no Município de Campo Largo.

Lei 10.846/1994. Súmula: Declara de utilidade pública a Associação de Moradores do Embuguaçu e Morro da Cocada, com sede e foro no Município de Paranaguá - Pr.

Lei 10.948/1994. Súmula: Declara de utilidade pública a Associação de Moradores da Vila Lindóia e Região, com sede e foro no município de Curitiba-Pr.

Lei 10.987/1994. Súmula: Declara de utilidade pública a Pousada São Francisco de Assis de Marilândia do Sul, com sede e foro no município de Marilândia do Sul, Estado do Paraná.

Lei 11.048/1995. Súmula: Declara de utilidade pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Campo Bonito, com sede e foro no Município de Campo Bonito.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Lei 11.081/1995. Súmula: Declara de utilidade pública estadual a Associação Comunitária para o Desenvolvimento de Marquinho, no Município de Cantagalo

Lei 11.193/1995. Súmula: Declara de utilidade pública estadual o Conselho das Entidades de Desenvolvimento Assistencial, Educacional e Cultural da Comarca de Marilândia do Sul-CONEDAEC, com sede e foro na Cidade de Marilândia do Sul.

Lei 11.194/1995. Súmula: Declara de utilidade pública a Associação de Moradores de Caieiras - AMOCA, com sede e foro no Município de Guaratuba.

Lei 11.199/1995. Súmula: Declara de utilidade pública a Associação dos Renais Crônicos de Umuarama e Região - ARECURE, no Município de Umuarama.

Lei 11.296/1995. Súmula: Declara de Utilidade Pública a Associação dos Moradores e Amigos do Jardim Progresso, com sede e foro na cidade de Curitiba/Pr.

Estas Leis concederam o título de utilidade pública a entidades que atualmente não desempenham mais suas atividades, ou seja, estão extintas.

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:

g) declaração de utilidade pública de entidades civis.

Ademais, verifica-se que os nobres deputados detêm a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corrobora deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Conforme o Artigo 3º, da Lei nº 16.888/2011, as entidades que pleiteiam a declaração de utilidade pública deverão apresentar relatórios consubstanciados das atividades que realizaram no último ano que antecede a data do pedido perante a Assembleia Legislativa, com assinaturas dos membros da diretoria.

Portanto, conforme dispositivo acima citado, as referidas entidades não possuem mais os requisitos elencados na legislação em vigor, sendo assim, necessária se faz a revogação das respectivas leis que concederam o título de utilidade pública às mesmas.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, em 16 de dezembro de 2013.

DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE

DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA
RELATOR

Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

APROVADO

16.12.13

Dep. Nereu

Dep. Tacian

Dep. Pastor
Dep. Truini

Dep. Scanavaca
Dep. Coito
Dep. Mourão



PROJETO DE LEI Nº 679/2013

**LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.**

Em, 26 NOV. 2013

1º Secretário

Revoga as Leis nº 10.365/1993, nº
10.367/1993, nº 10.399/1993, nº
10.401/1993, nº 10.412/1993, nº
10.423/1993, nº 10.425/1993, nº
10.445/1993, nº 10.457/1993, nº
10.477/1993, nº 10.523/1993, nº
10.537/1993, nº 10.586/1993, nº
10.604/1993, nº 10.607/1993.

Art. 1º Ficam revogadas as Leis nº 10.365, de 14 de julho de 1993; nº 10.367, de 14 de julho de 1993; nº 10.399, de 2 de agosto de 1993; nº 10.401, de 2 de agosto de 1993; nº 10.412, de 2 de agosto de 1993; nº 10.423, de 2 de agosto de 1993; nº 10.425, de 2 de agosto de 1993; nº 10.445, de 21 de setembro de 1993; nº 10.457, de 21 de setembro de 1993; nº 10.477, de 15 de outubro de 1993; nº 10.523, de 11 de novembro de 1993; nº 10.537, de 30 de novembro de 1993; nº 10.586, de 13 de dezembro de 1993; nº 10.604, de 13 de dezembro de 1993; nº 10.607, de 13 de dezembro de 1993.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, 25 de novembro de 2013.

Deputado **CAITO QUINTANA**

PRESIDENTE

Deputado **PEDRO LUPION**

RELATOR



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente n 19/2013,
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de utilidade pública




Deputada **CANTORA MARA LIMA**

MEMBRO


Deputado **TADEU VENERI**

MEMBRO


Deputado **TERCILIO TURINI**

MEMBRO

Deputado **ANDRE BUENO**

MEMBRO

Deputado **ANIBELLI NETO**

MEMBRO

JUSTIFICATIVA

Trata-se de revogação de Leis outorgando o Título de Utilidade Pública a entidades que não desenvolvem mais suas atividades, estando, inclusive, baixadas perante o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica da Receita Federal, devido à inaptidão prevista no artigo 54 da Lei Federal nº 11.941/2009.

Assim, e diante da necessidade de revogação das Leis pelos motivos acima expostos, contamos com o apoio dos nobres para aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões, 25 de novembro de 2013.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 679/2013

Projeto de Lei nº. 679 /2013

Autores: Deputados Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima e Tercílio Turini.

Súmula: Revoga as Leis nº 10.365/1993, 10.367/1993, 10.399/1993, 10.401/1993, 10.412/1993, 10.423/1993, 10.425/1993, 10.445/1993, 10.457/1993, 10.477/1993, 10.523/1993, 10.537/1993, 10.586/1993, 10.604/1993 e 10.607/1993.

EMENTA: REVOGAÇÃO DAS LEIS Nº 10.365/1993, 10.367/1993, 10.399/1993, 10.401/1993, 10.412/1993, 10.423/1993, 10.425/1993, 10.445/1993, 10.457/1993, 10.477/1993, 10.523/1993, 10.537/1993, 10.586/1993, 10.604/1993 E 10.607/1993 QUE OUTORGAM O TÍTULO DE UTILIDADE PÚBLICA – ENTIDADES JÁ EXTINTAS – POSSIBILIDADE DE REVOGAÇÃO - REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Estaduais Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima e Tercílio Turini, tem por objetivo revogar as Leis:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Lei 10.365/1993. Súmula: Declara de utilidade pública a Associação dos Fumicultores e Agrícolas de Rio do Sul, com sede no município de Rio Azul.

Lei 10.367/1993. Súmula: Declara de utilidade pública a Associação Comunitária do Bairro Jardim Dom Bosco.

Lei 10.399/1993. Súmula: Declara de Utilidade Pública a Creche Maria Aparecida de Lima, com sede e foro no Município de Campina da Lagoa.

Lei 10.401/1993. Súmula: Declara de Utilidade Pública a "Associação de Moradores e Amigos do Conjunto Residencial Buriti", com sede e foro em Curitiba.

Lei 10.412/1993. Súmula: Declara de utilidade pública a Fundação AVELINO PIACENTINI/FAP, entidade privada sem fins lucrativos, com sede e foro na cidade de Campo Mourão - Pr.

Lei 10.423/1993. Súmula: Declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores do Parque N.S. das Graças, com sede e foro no Município de Ponta Grossa, Estado do Paraná.

Lei 10.425/1993. Súmula: Declara de utilidade pública a Associação Comunitária Veneza - ACOVE, com sede e foro no município de Curitiba, Capital do Estado do Paraná.

Lei 10.445/1993. Súmula: Declara de utilidade pública o Centro de Promoções Humanas São Carlos de Paula de Freitas, com sede e foro na Comarca de União da Vitória.

Lei 10.457/1993. Súmula: Declara de utilidade pública a Associação dos Proprietários de Veículos de Transporte Escolar de Curitiba, com sede e foro no município de Curitiba.

Lei 10.477/1993. Súmula: Declara de utilidade pública a Sociedade Cultural e Beneficente "Martinho Lutero", no município de Céu Azul.

Lei 10.523/1993. Súmula: Declara de utilidade pública a Creche e Pré - Escolar "Crisálida", com sede e foro no município de Colombo.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Lei 10.537/1993. Súmula: Declara de utilidade pública a Associação Ambientalista Bandeira Verde, com sede e foro na cidade de Londrina, Estado do Paraná.

Lei 10.586/1993. Súmula: Declara de Utilidade Pública a Creche "Menino de Deus", no município de Curiúva.

Lei 10.604/1993. Súmula: Declara de utilidade pública a Associação de Moradores e Amigos da Vila Palmital, com sede e foro no município de Pinhais, neste Estado.

Lei 10.607/1993. Súmula: Declara de utilidade pública a Associação de Moradores da Vila União Cristo Rei, com sede e foro em Curitiba - Pr.

Estas Leis concederam o título de utilidade pública a entidades que atualmente não desempenham mais suas atividades, ou seja, estão extintas.

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:

g) declaração de utilidade pública de entidades civis.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Ademais, verifica-se que os nobres deputados detêm a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corrobora deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Conforme o Artigo 3º, da Lei nº 16.888/2011, as entidades que pleiteiam a declaração de utilidade pública deverão apresentar relatórios consubstanciados das atividades que realizaram no último ano



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça


que antecede a data do pedido perante a Assembleia Legislativa, com assinaturas dos membros da diretoria.

Portanto, conforme dispositivo acima citado, as referidas entidades não possuem mais os requisitos elencados na legislação em vigor, sendo assim, necessária se faz a revogação das respectivas leis que concederam o título de utilidade pública às mesmas.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

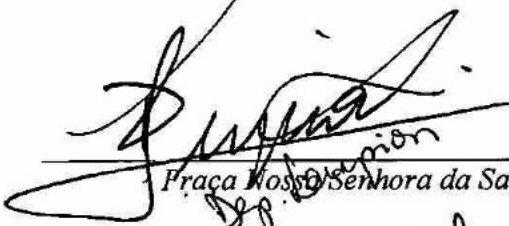
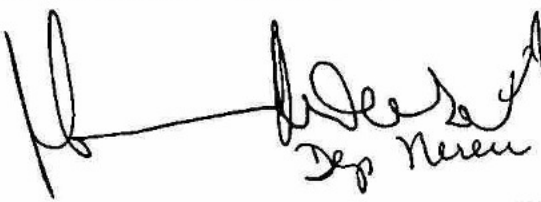



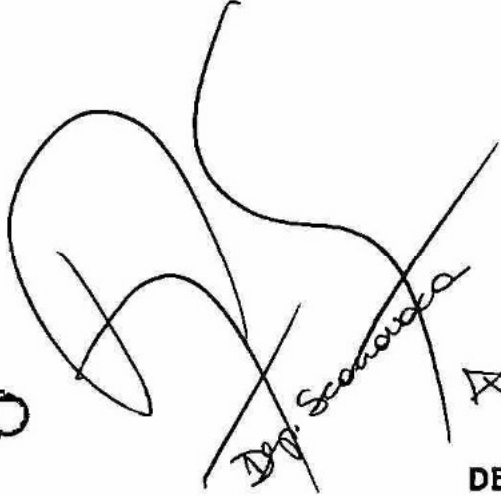



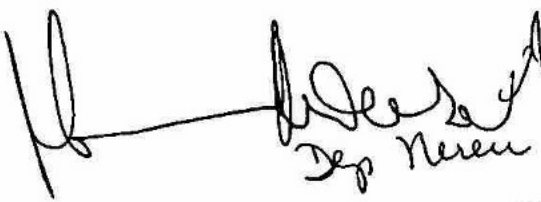
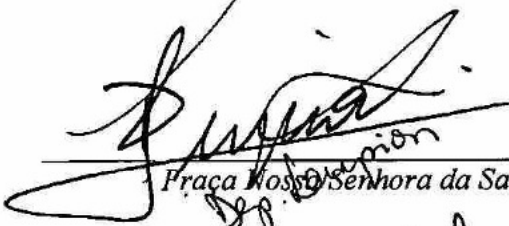
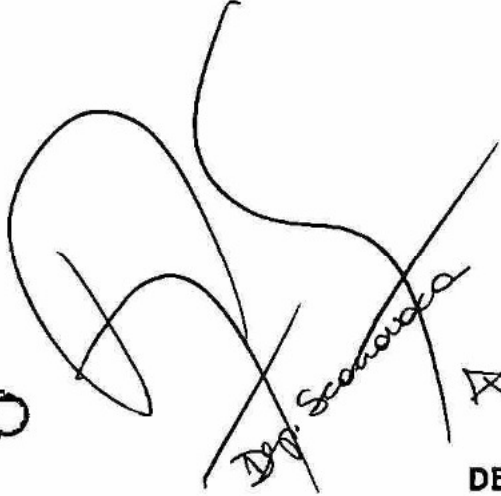



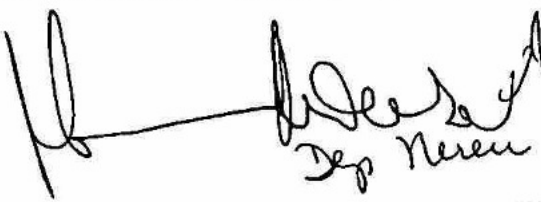
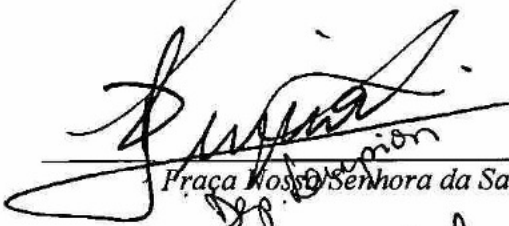
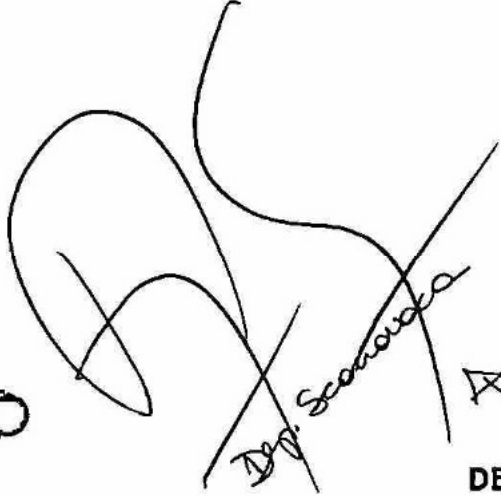



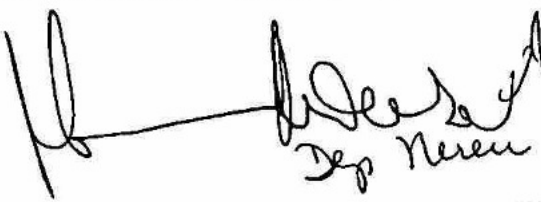
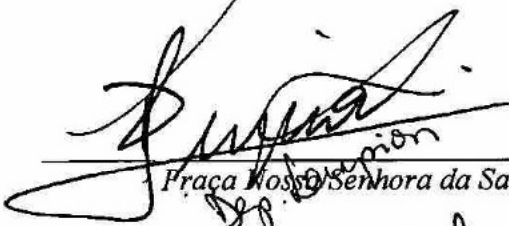
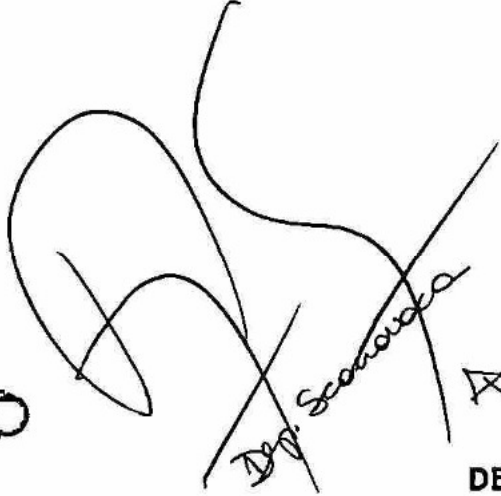



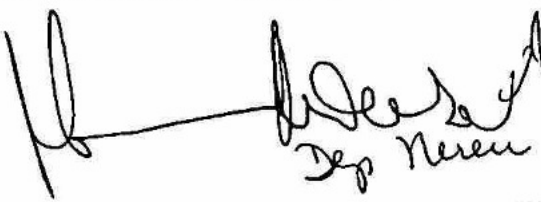
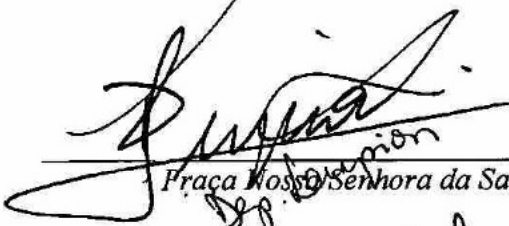
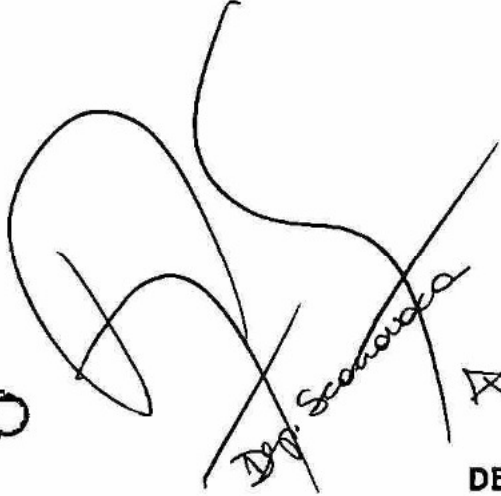



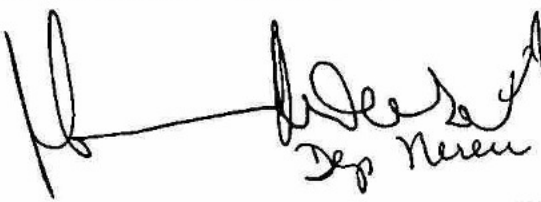
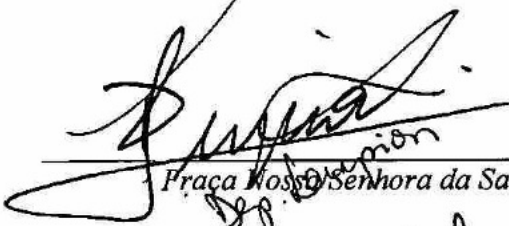
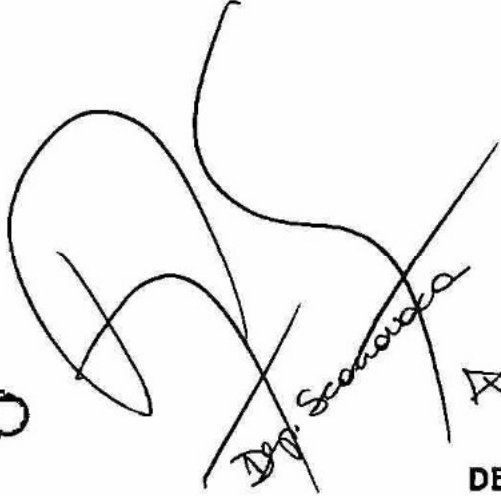



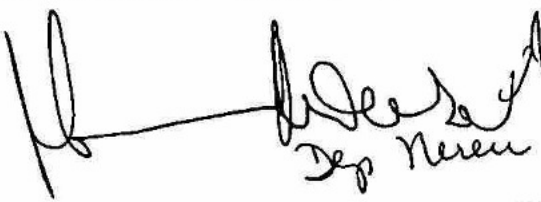
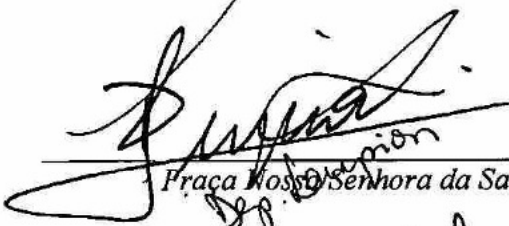
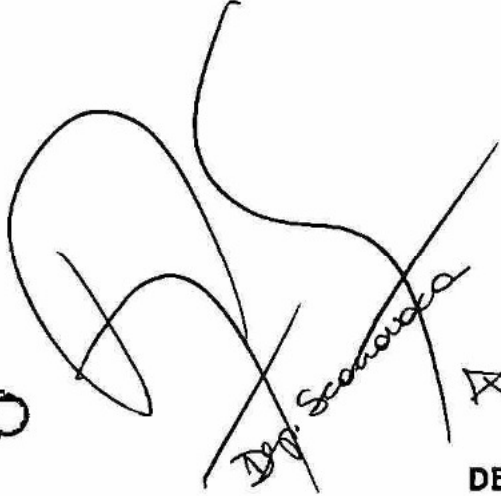



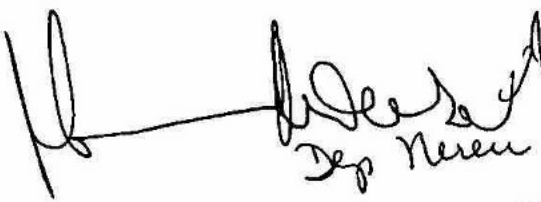
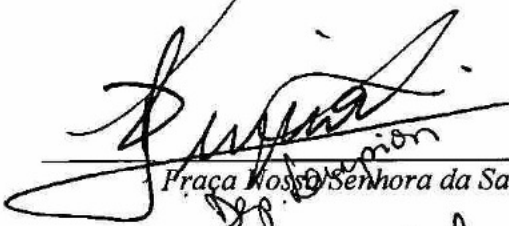
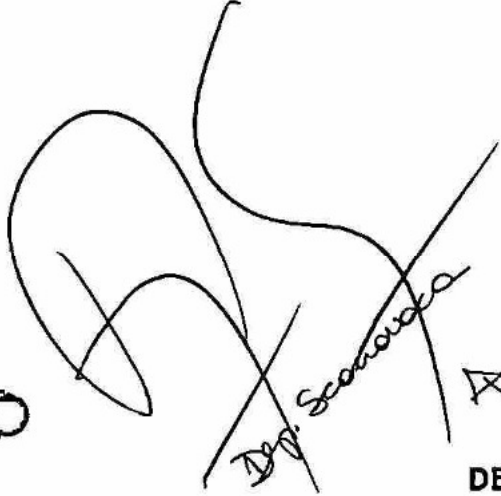



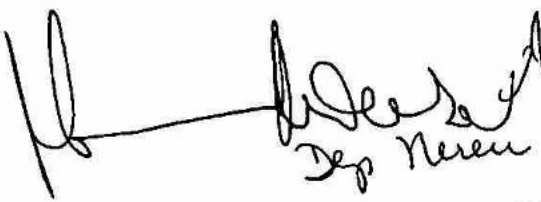
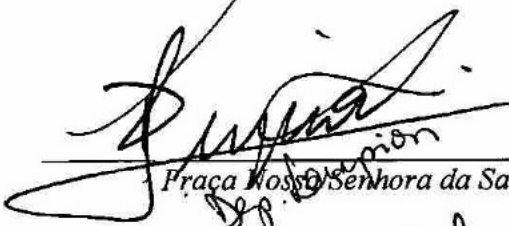
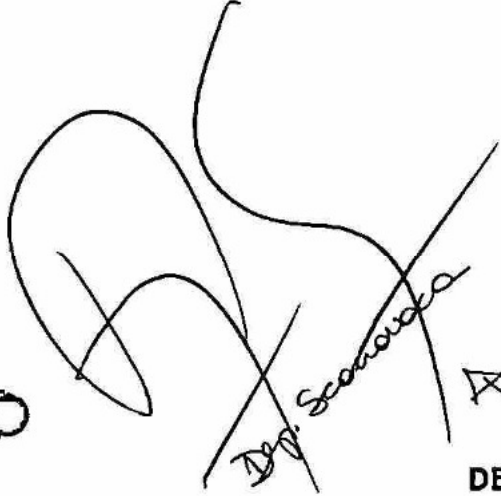



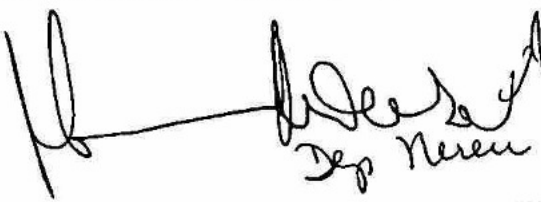
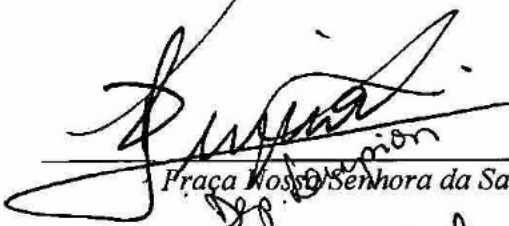
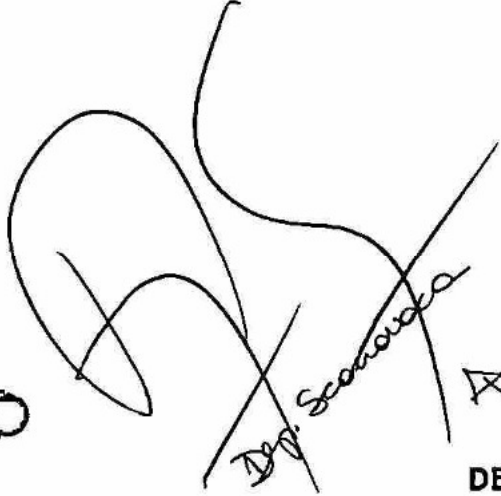



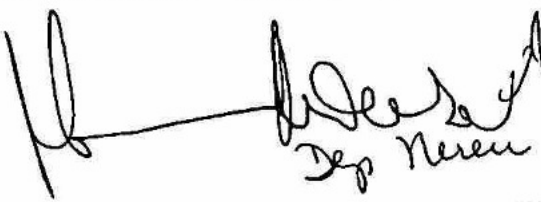
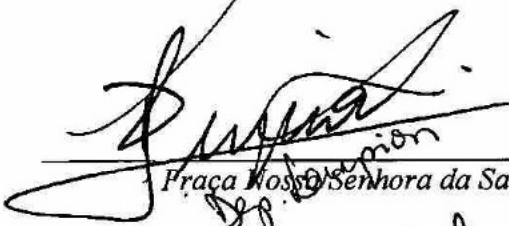
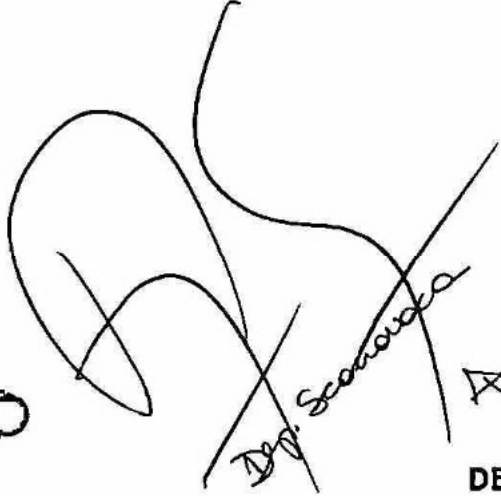



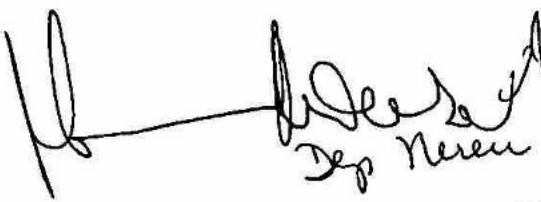
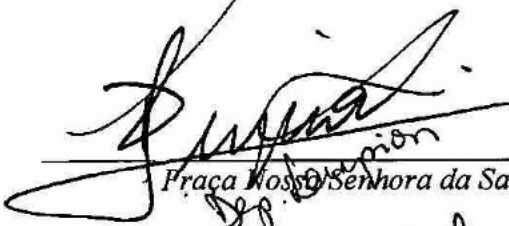
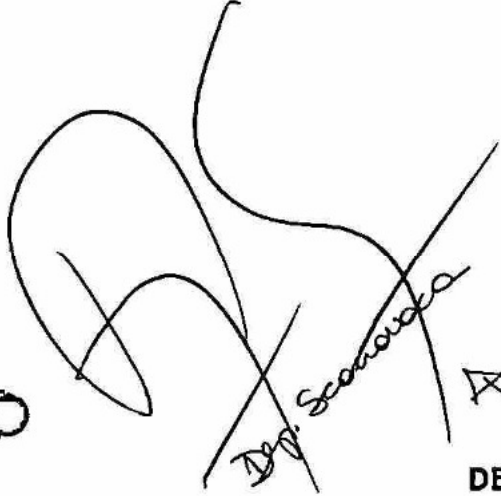



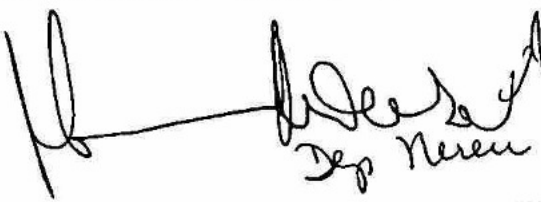
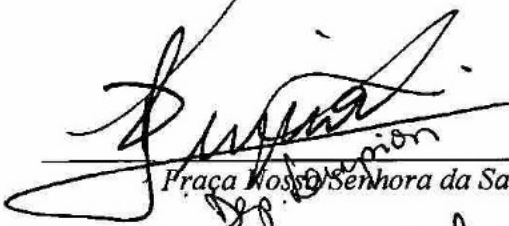
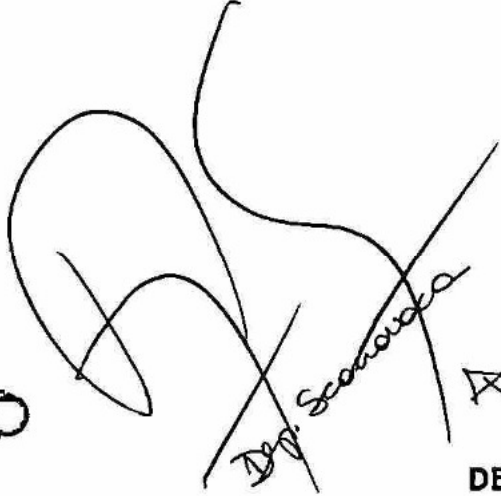



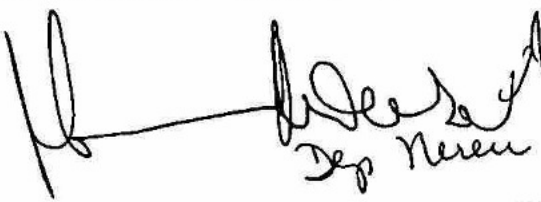
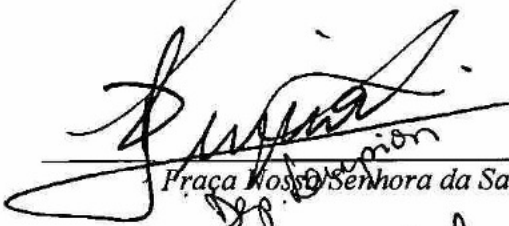
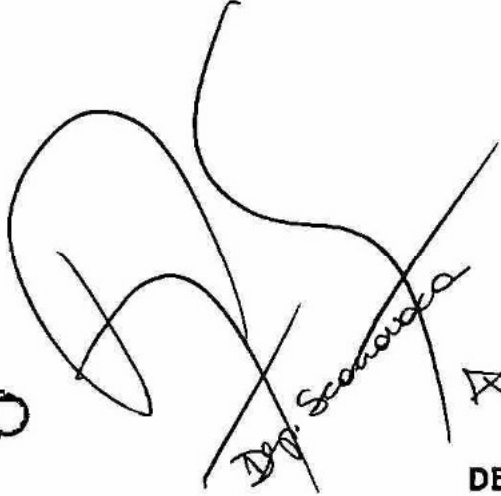



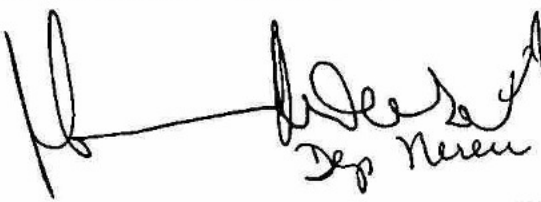
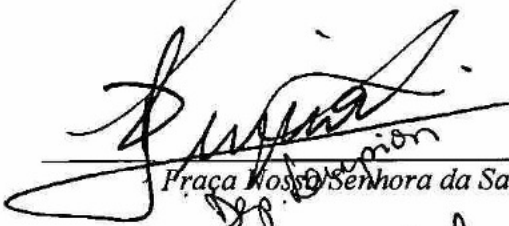
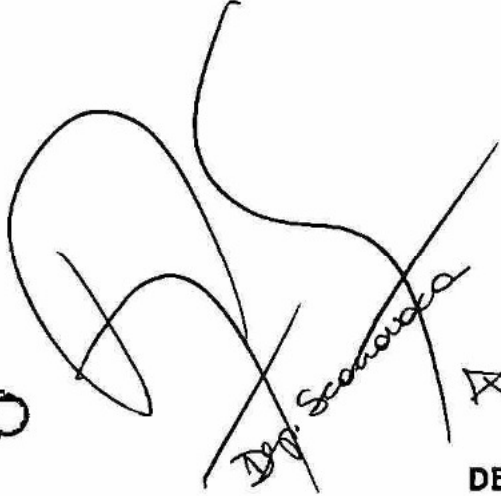



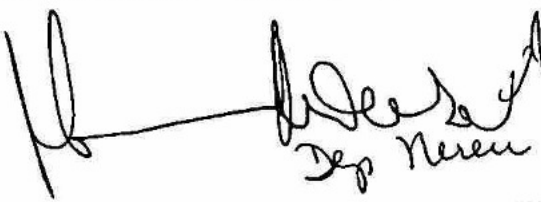
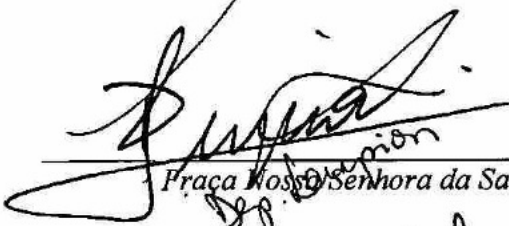
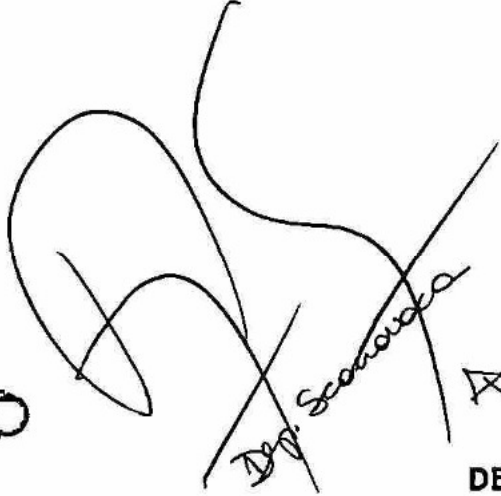



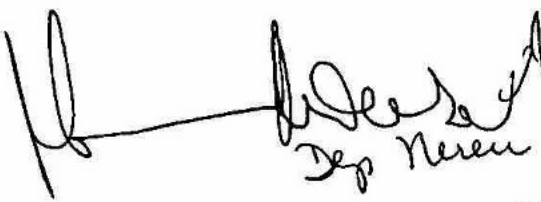
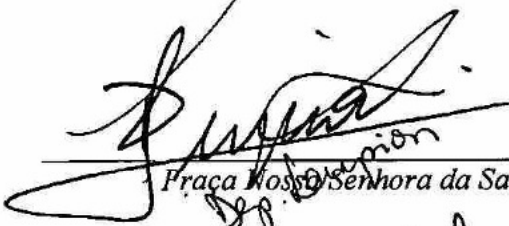
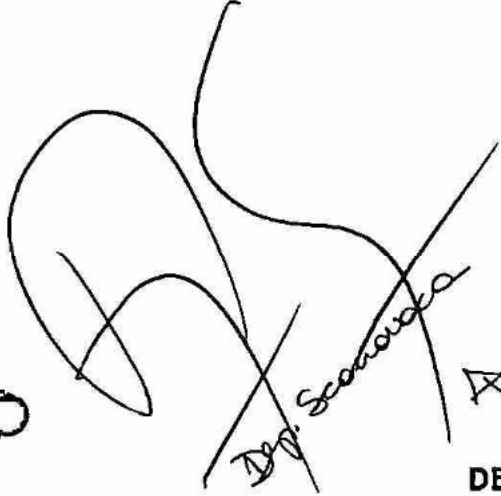



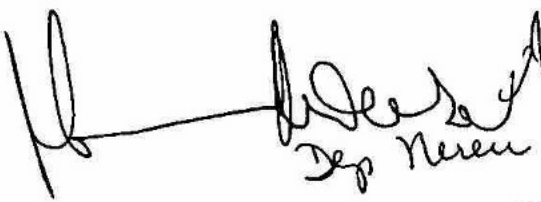
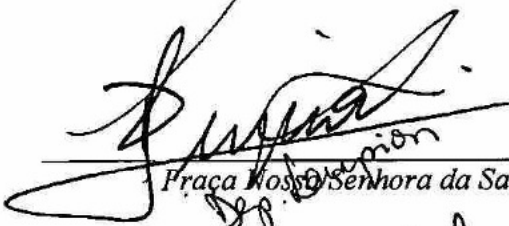
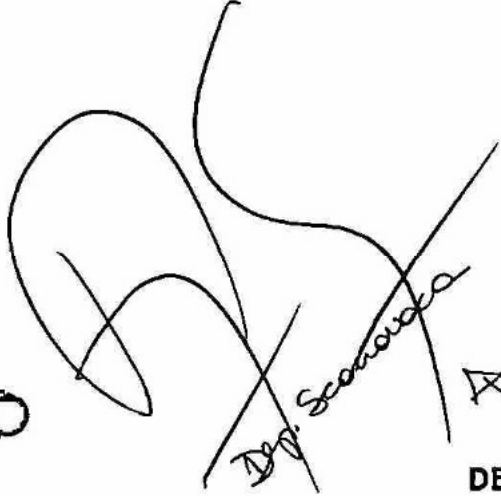



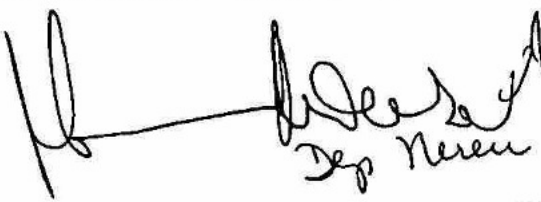
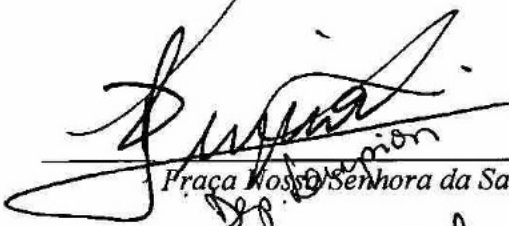
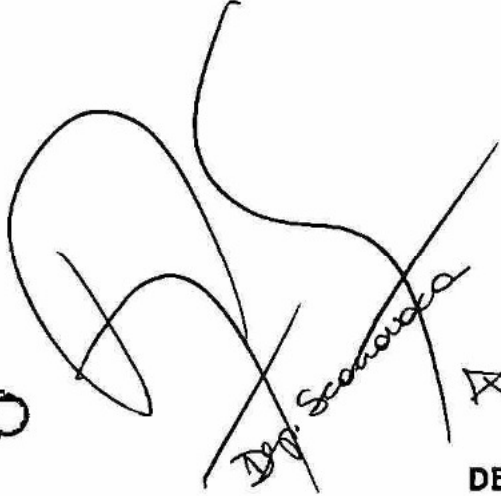



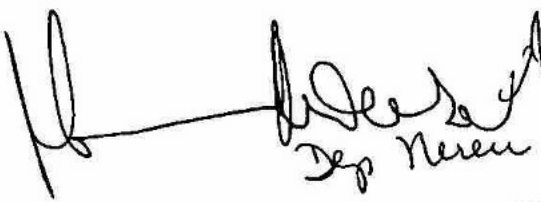
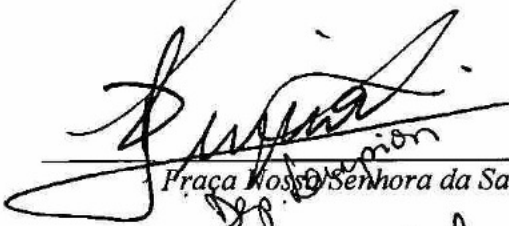
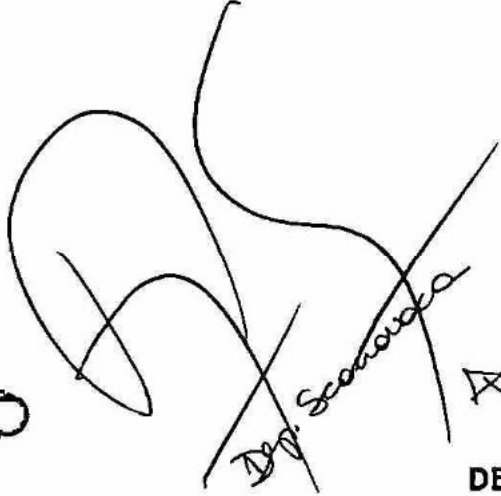



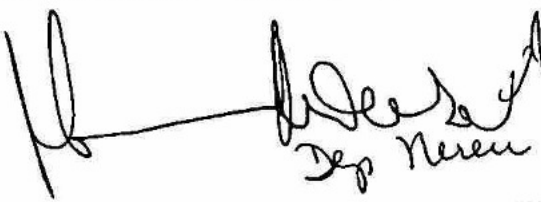
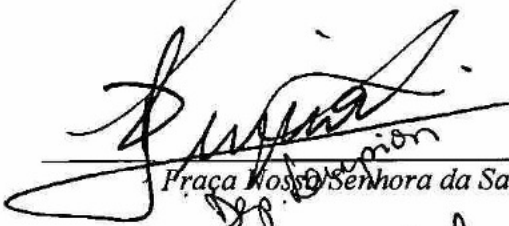
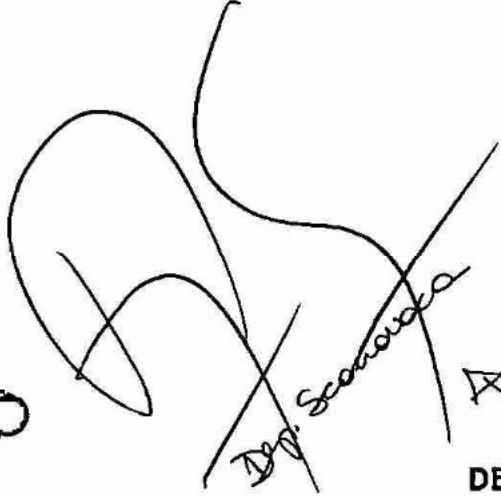



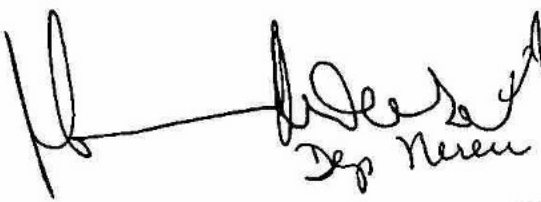
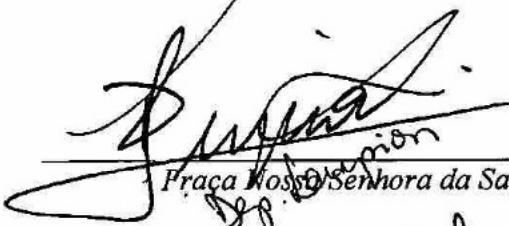
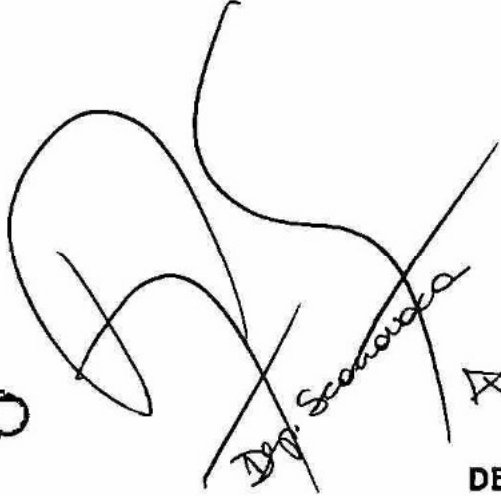



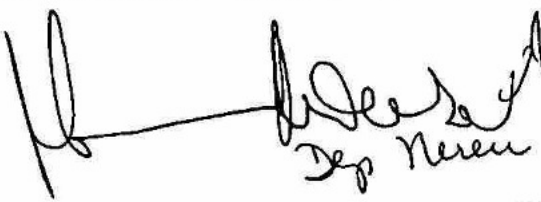
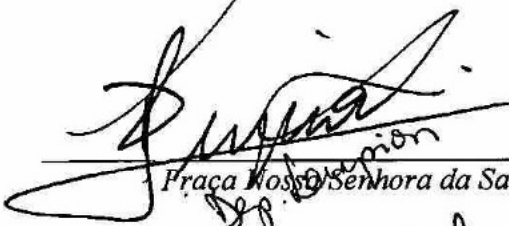
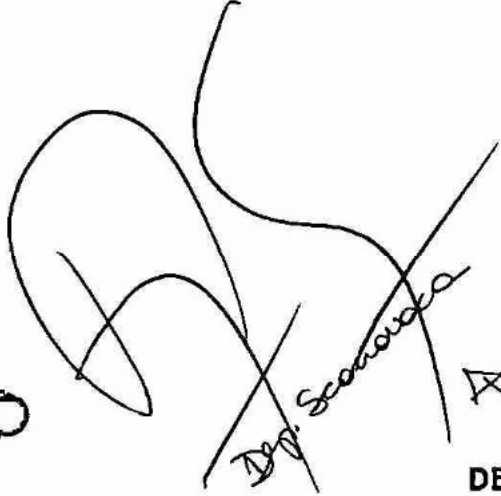



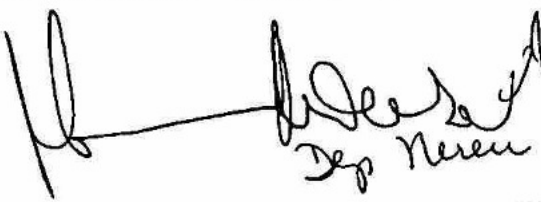
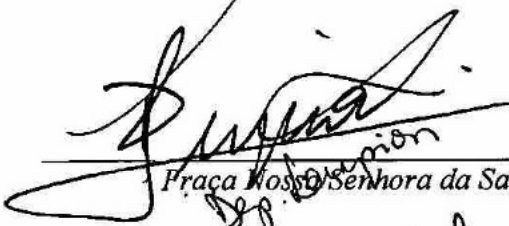
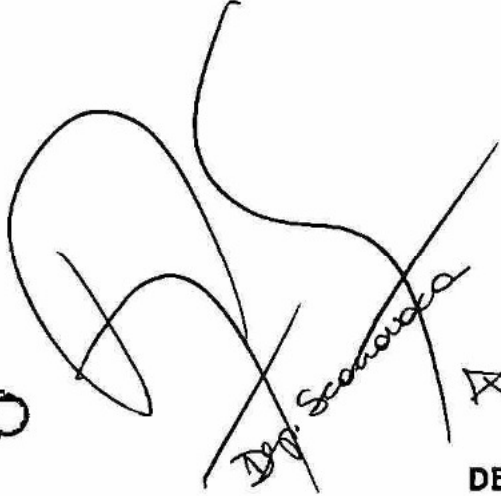



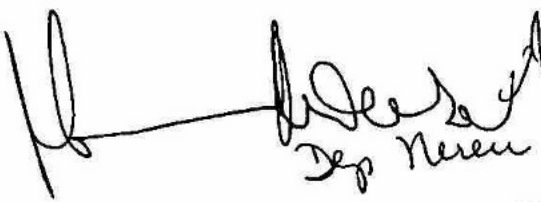
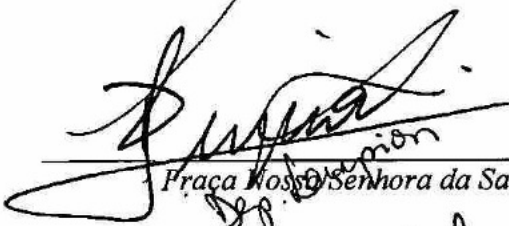
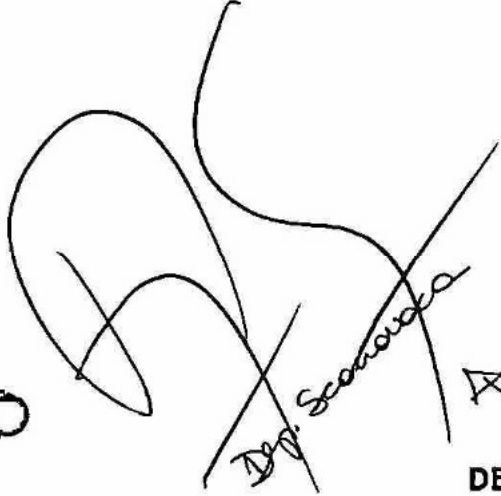



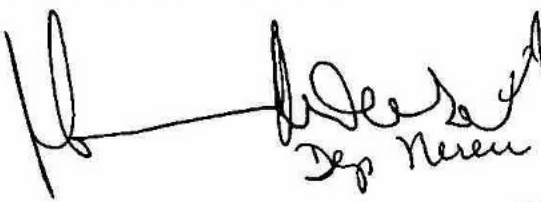
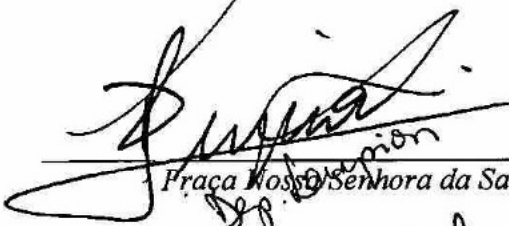
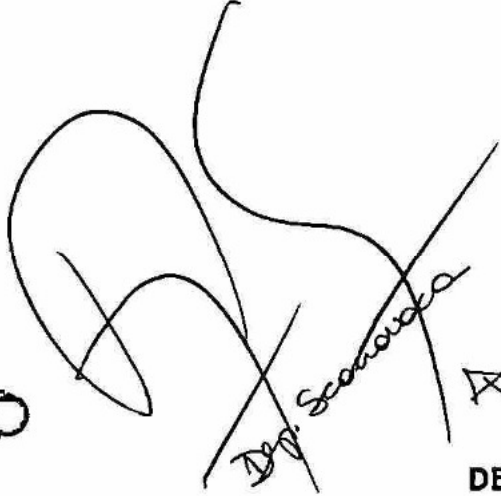



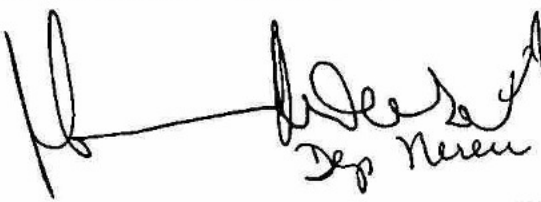
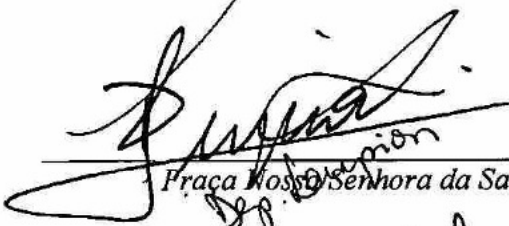
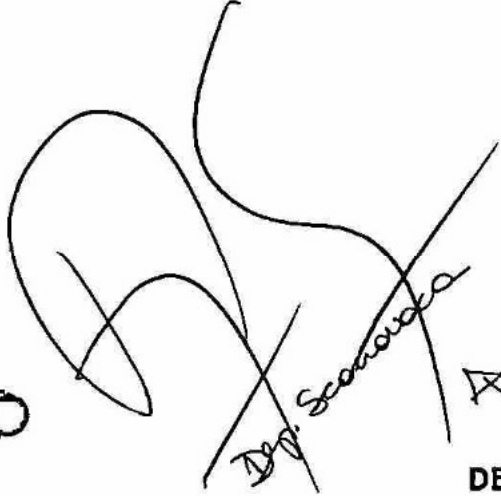



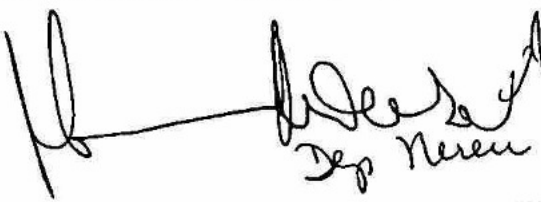
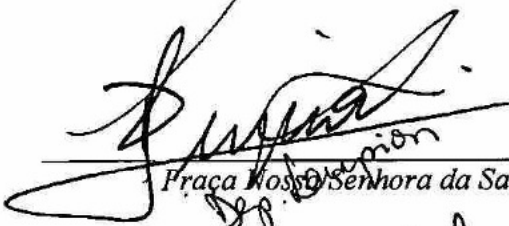
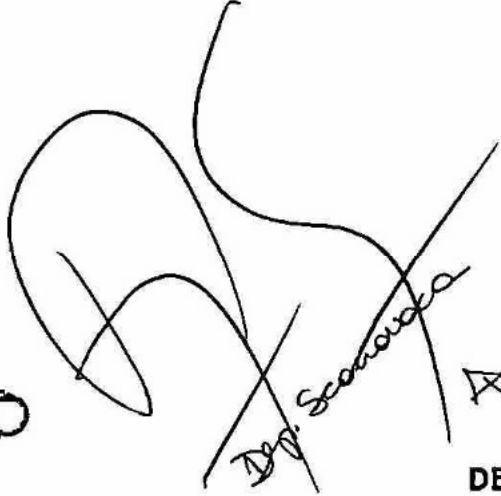



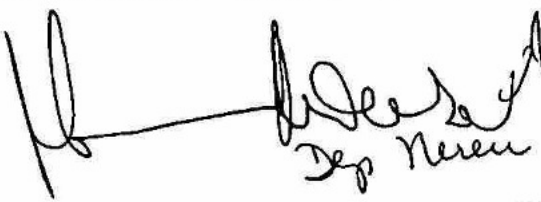
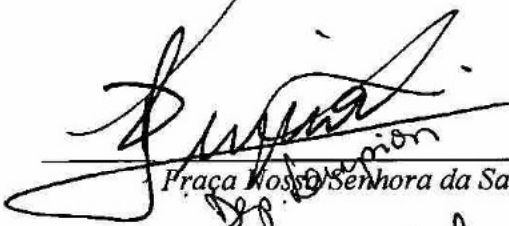
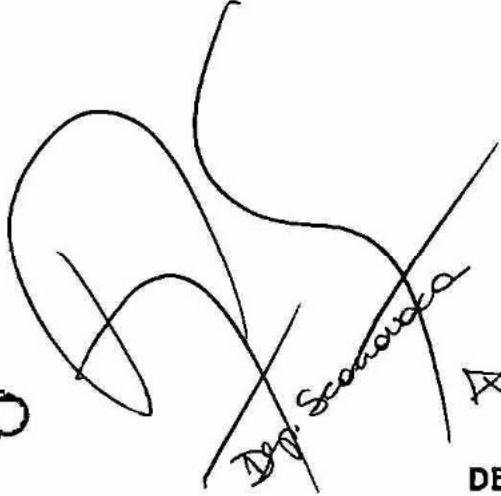



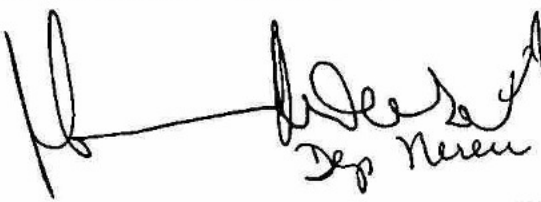
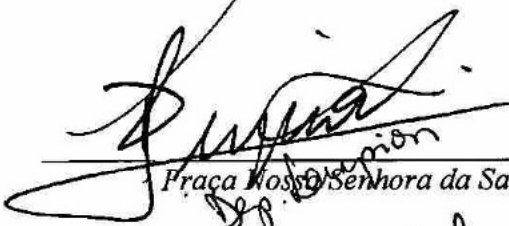
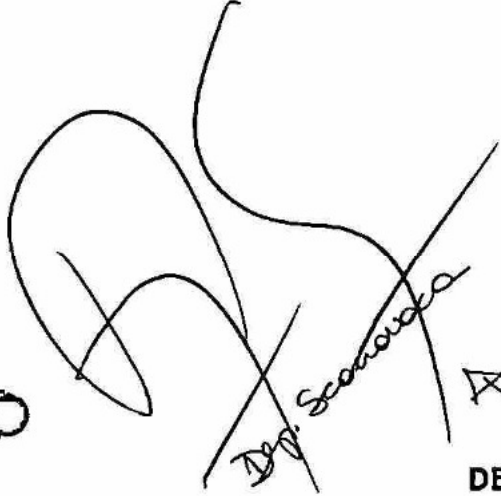



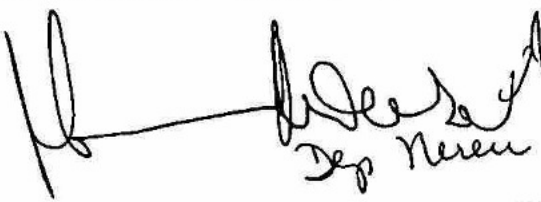
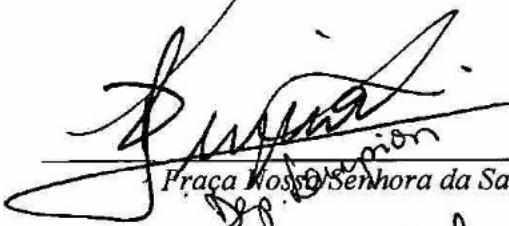
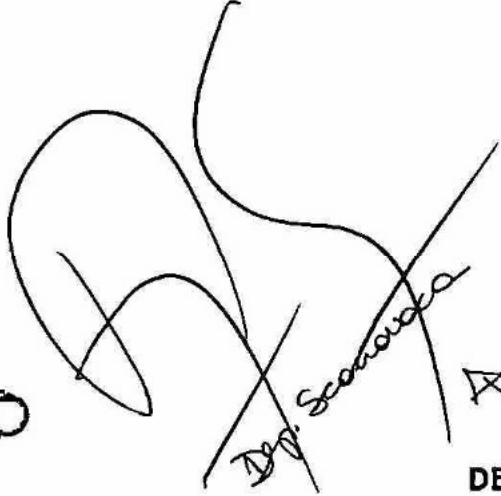



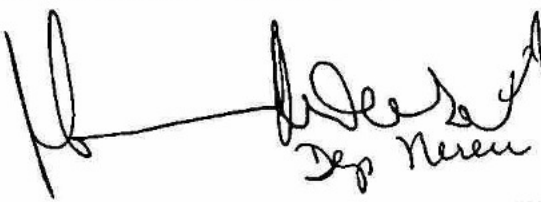
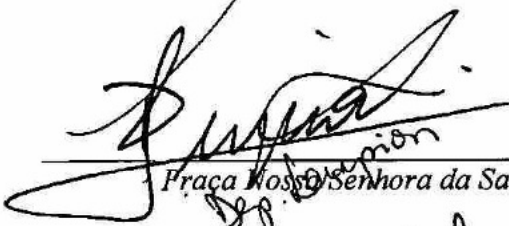
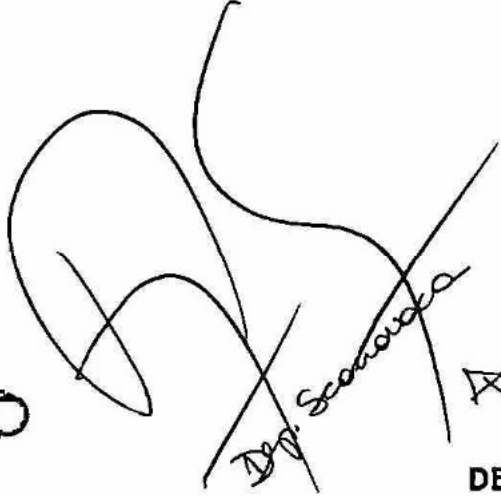



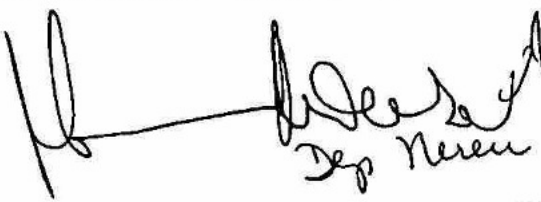
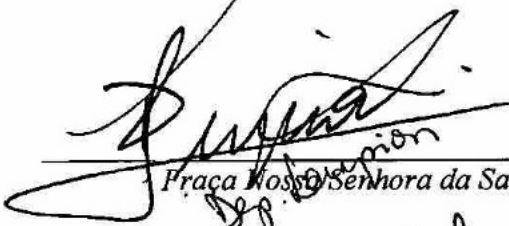
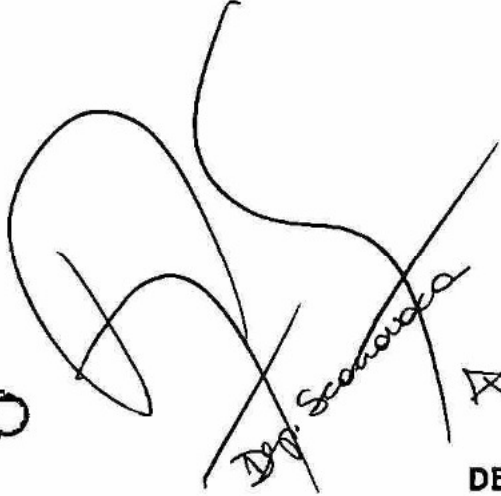



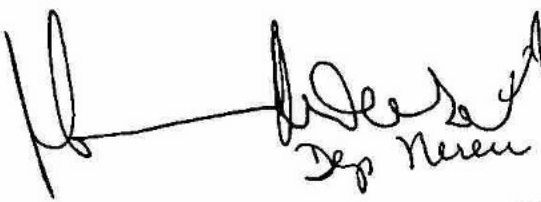
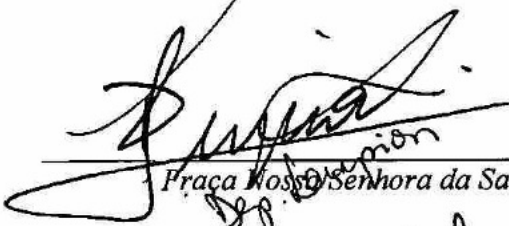
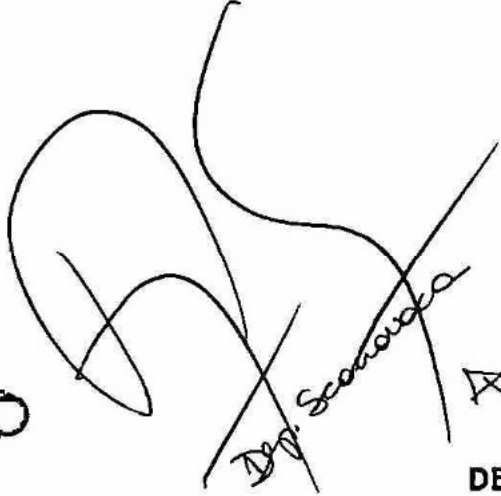



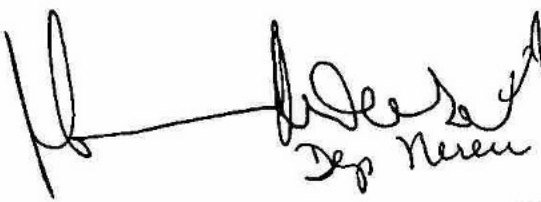
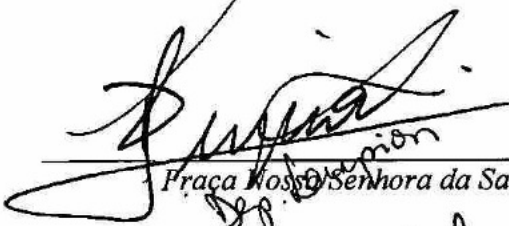
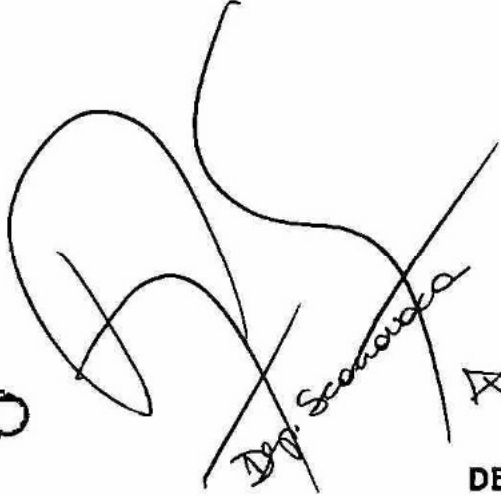



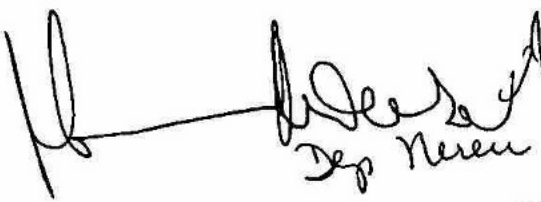
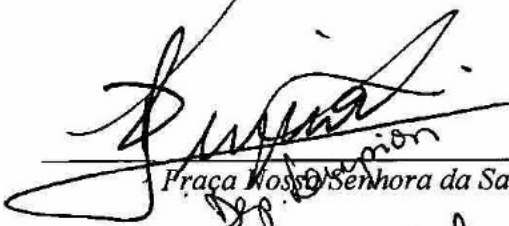
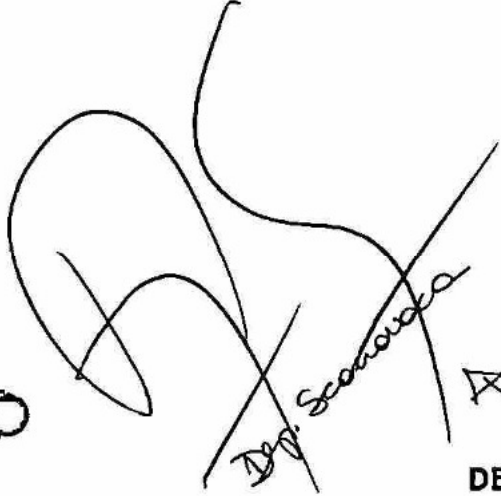



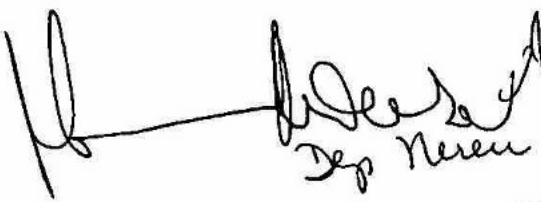
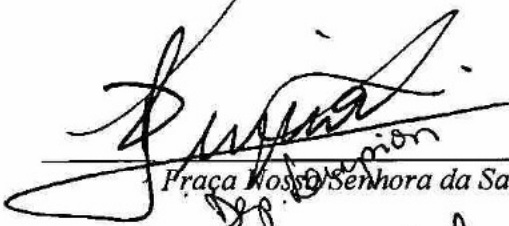
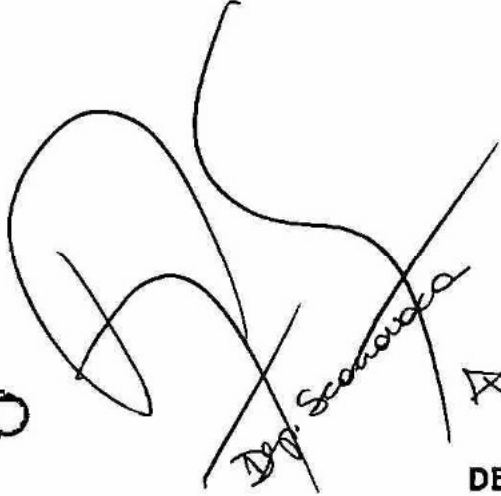



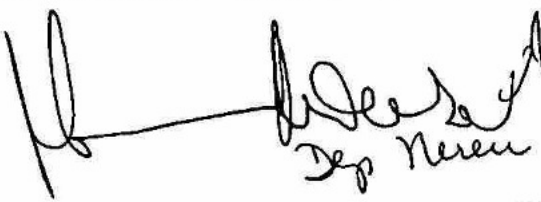
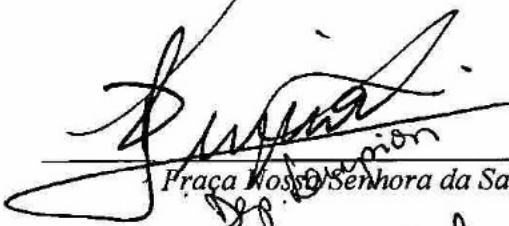
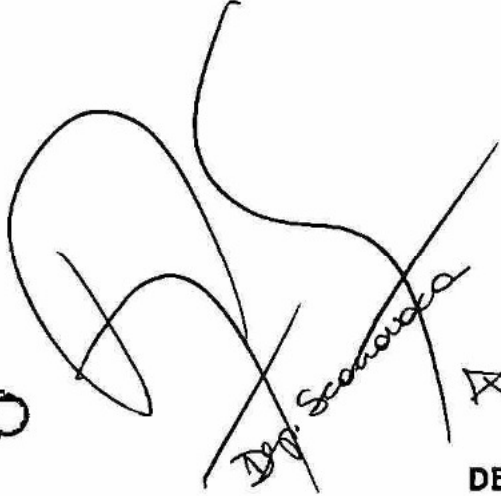



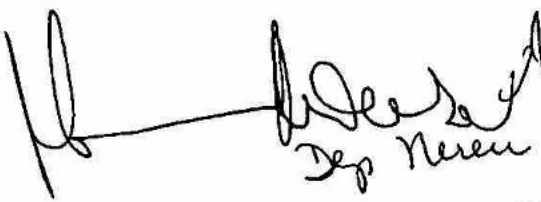
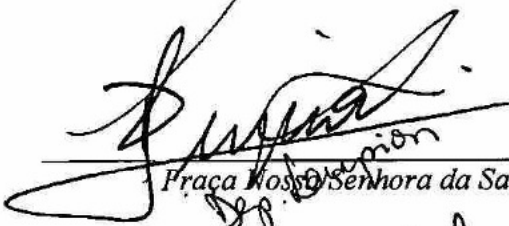
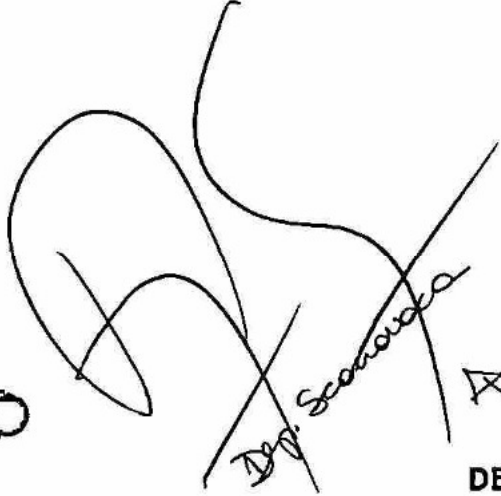



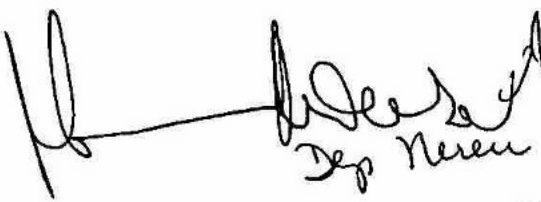
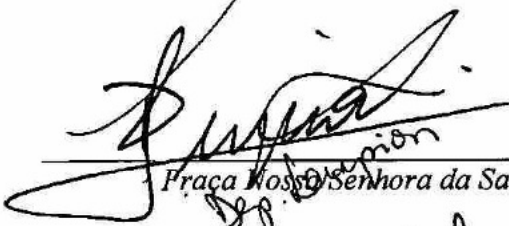
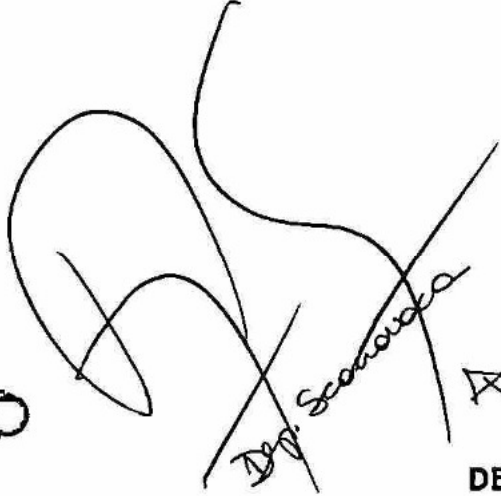



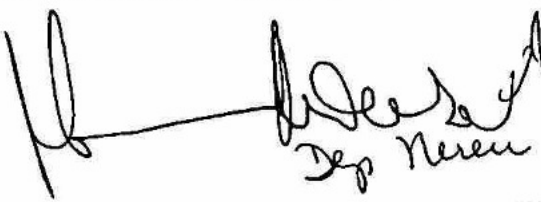
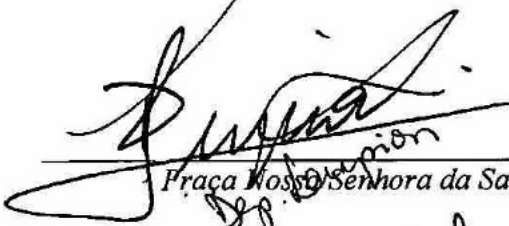
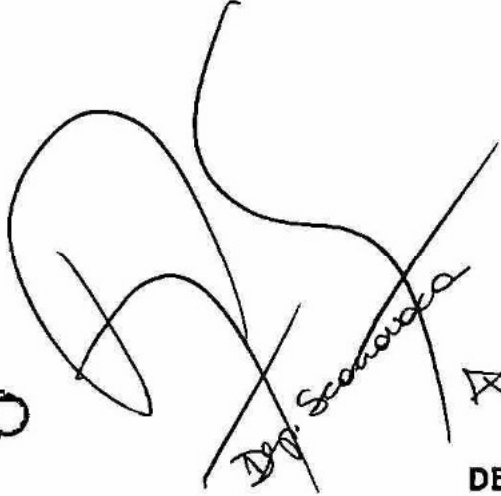



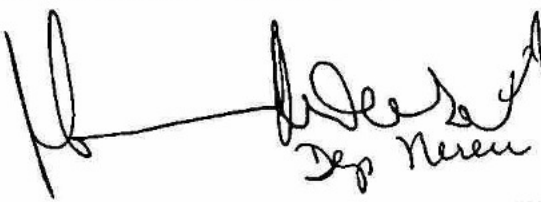
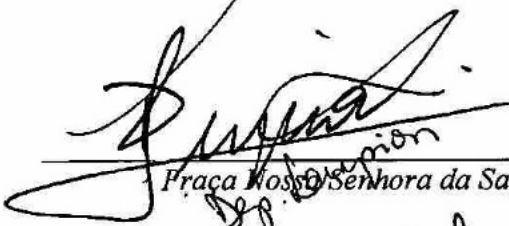
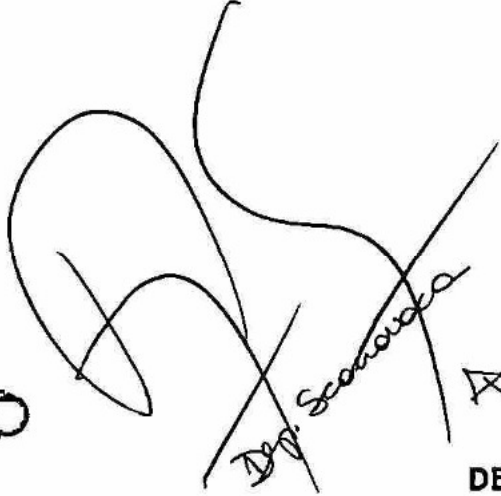



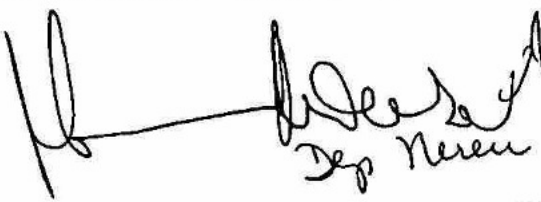
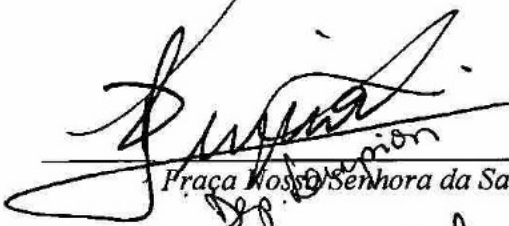
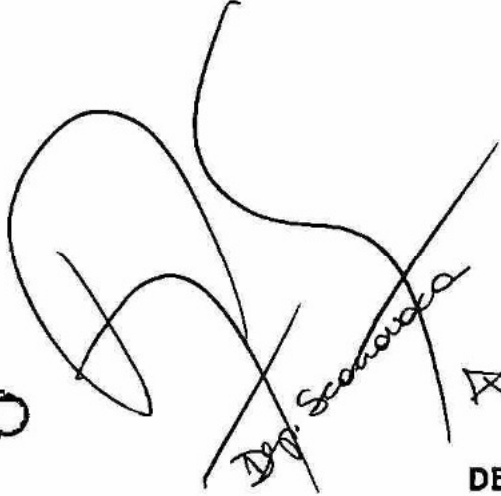



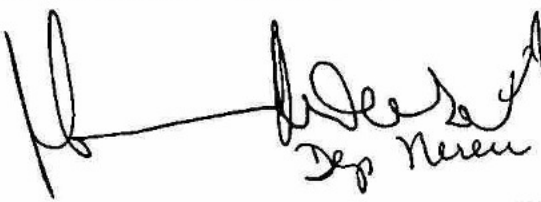
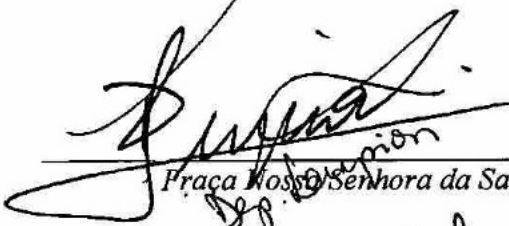
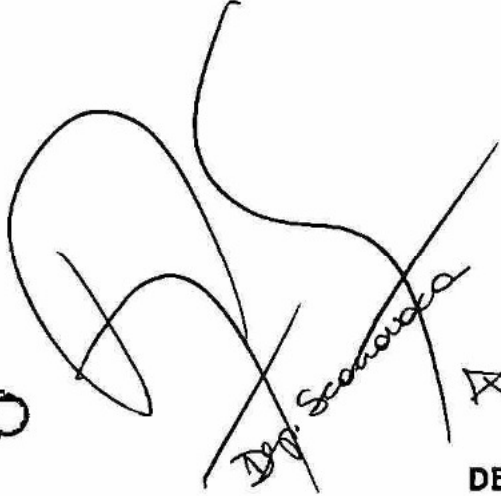



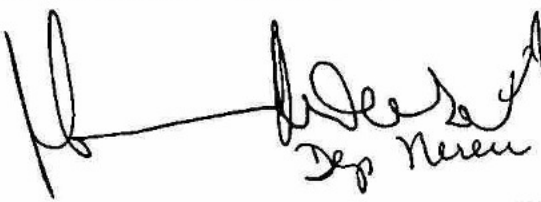
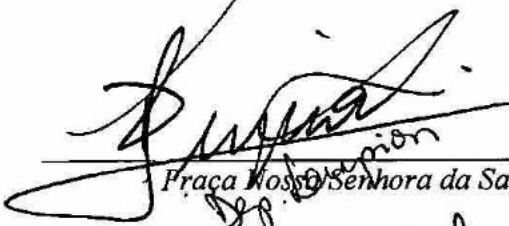
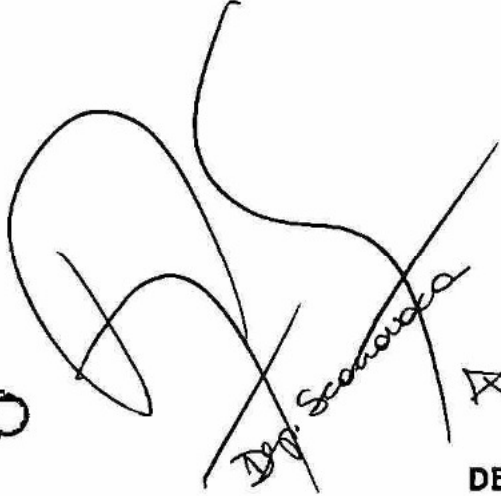



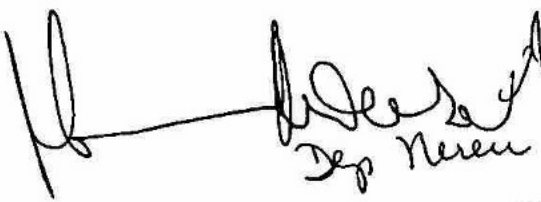
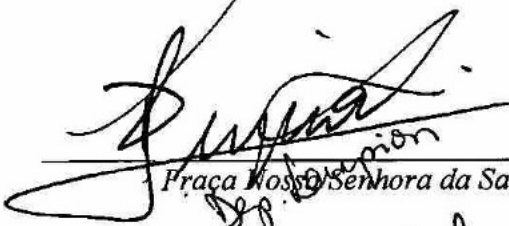
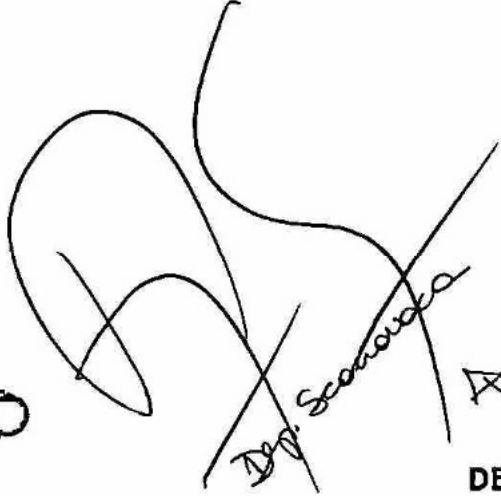



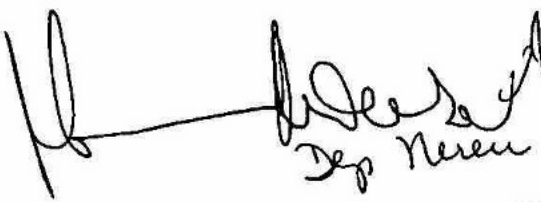
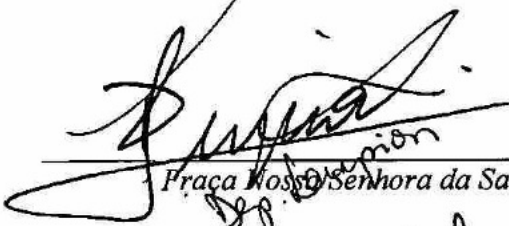
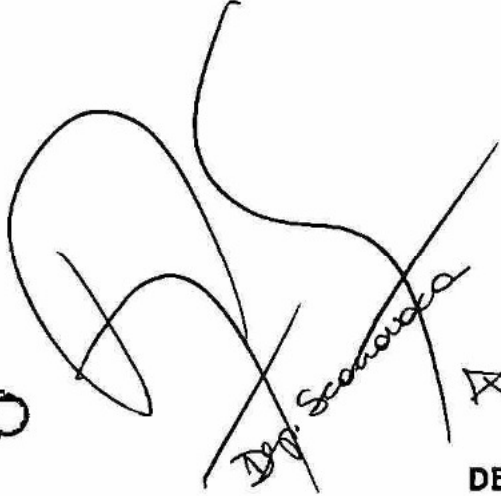



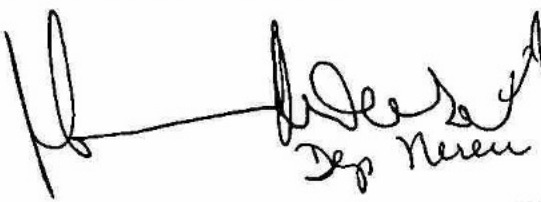
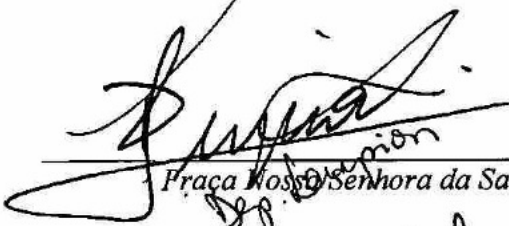
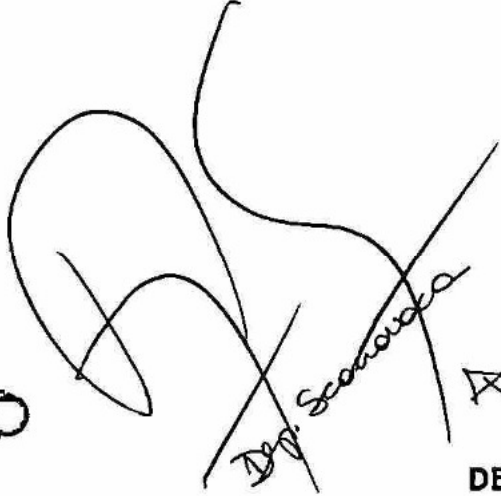



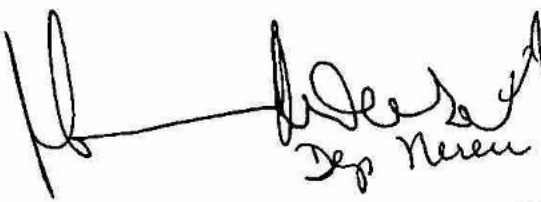
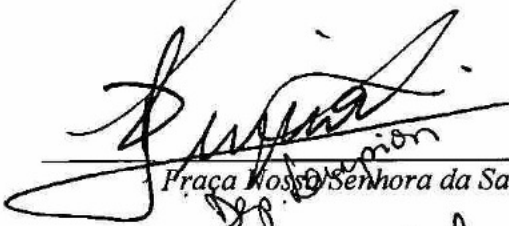
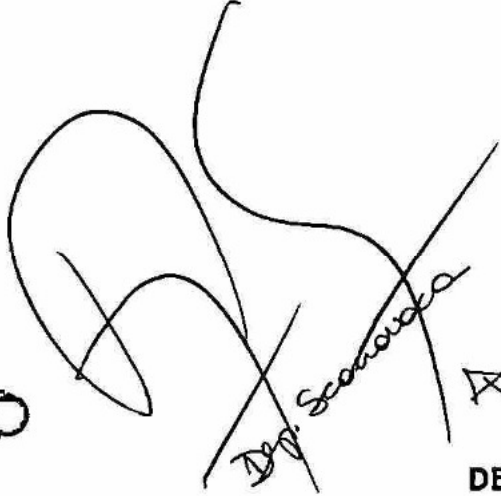



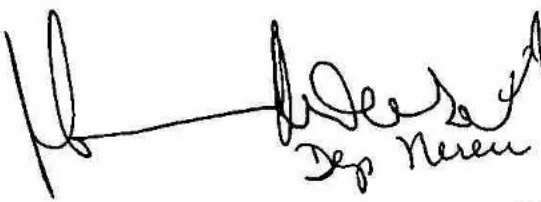
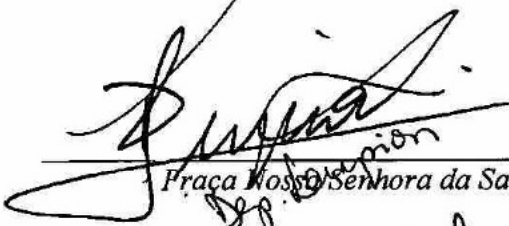
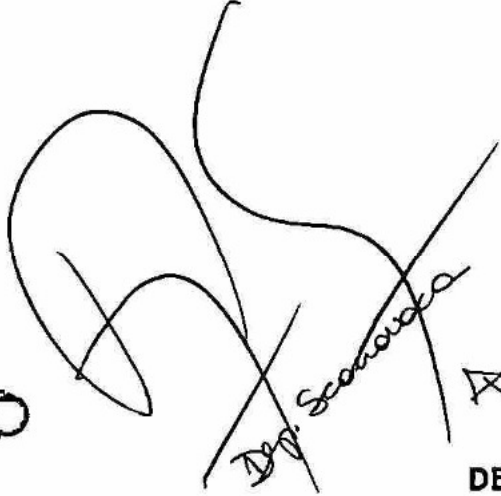



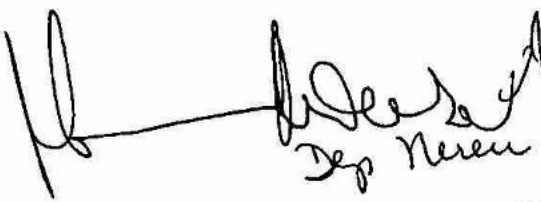
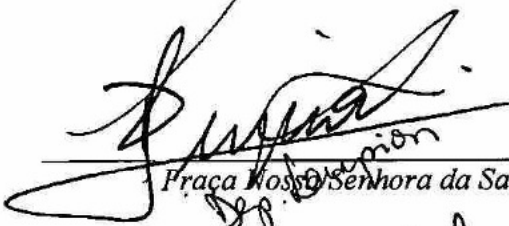
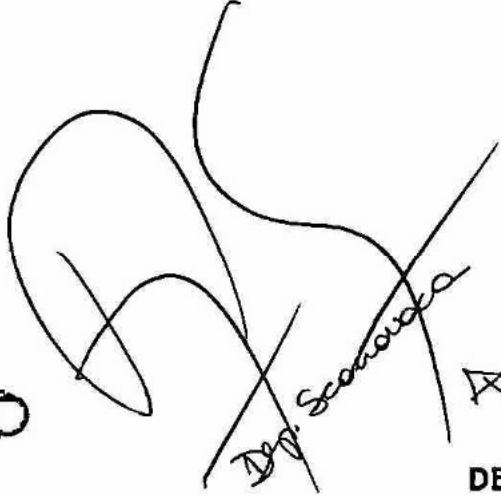



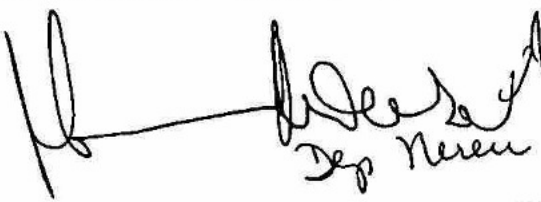
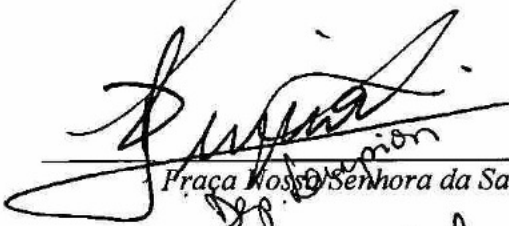
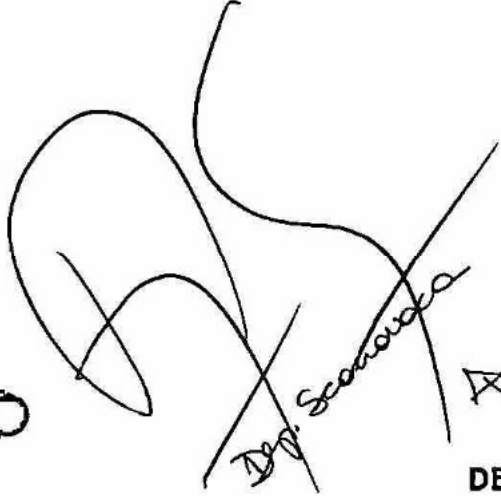



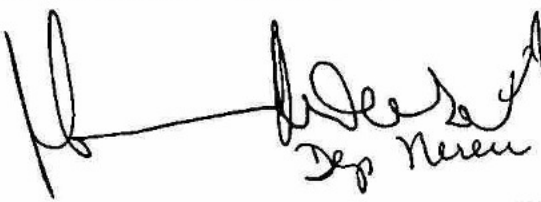
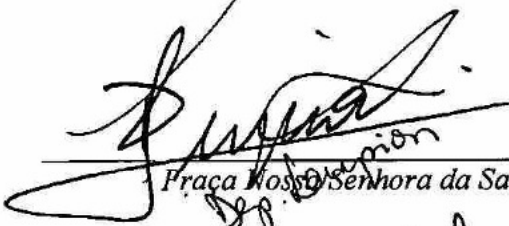
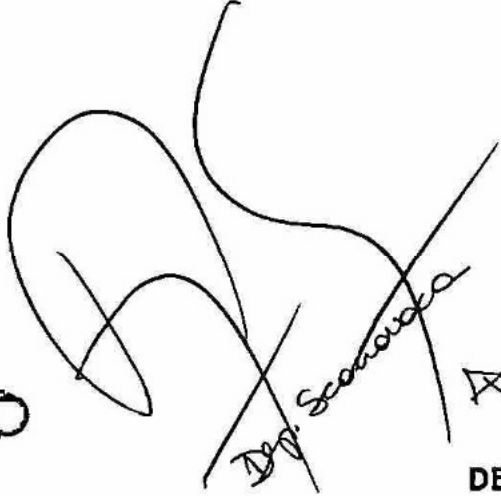



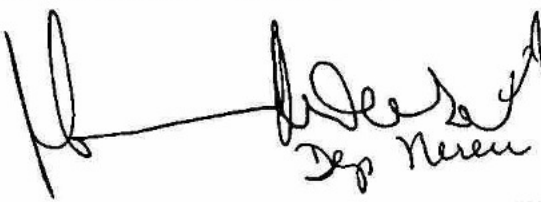
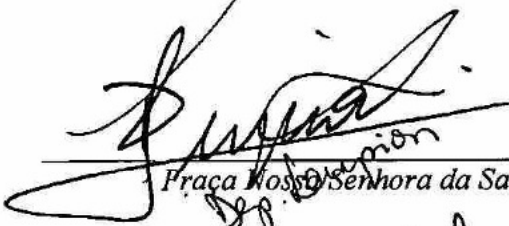
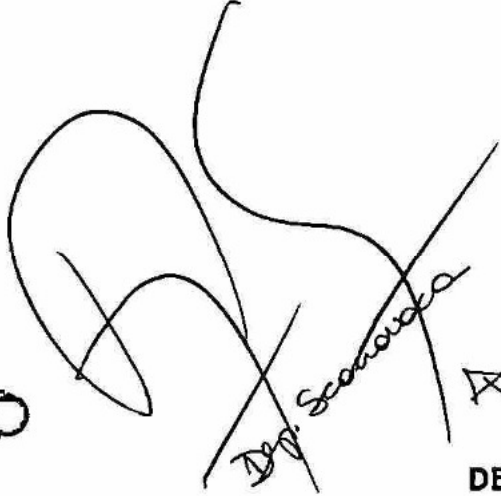



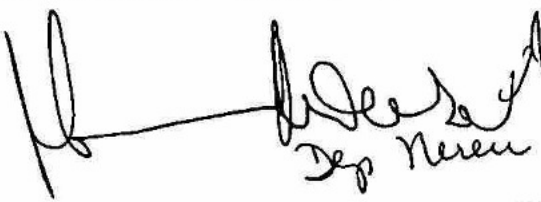
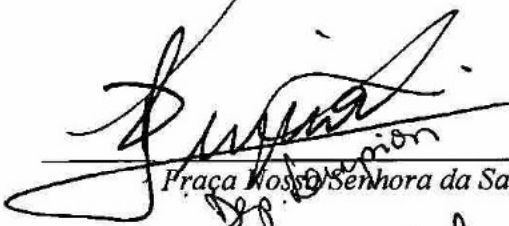
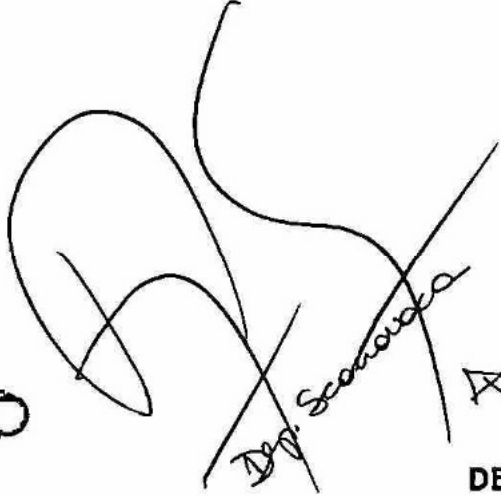



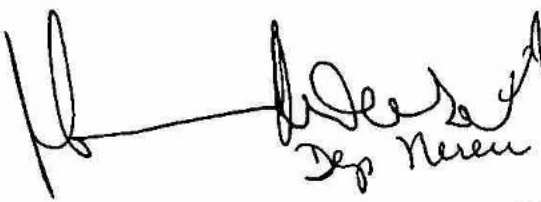
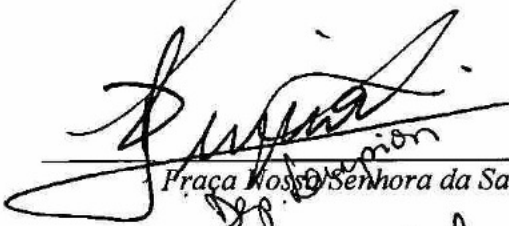
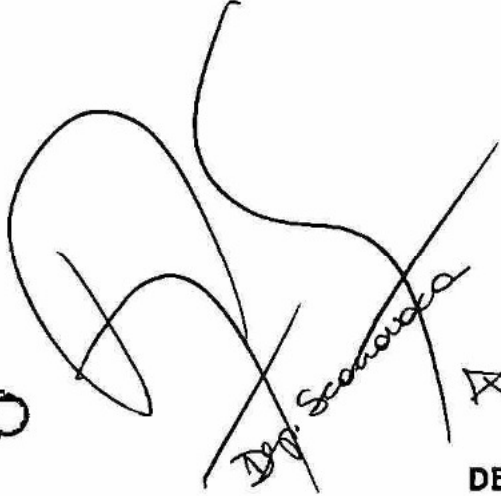


Sala das Comissões, em 16 de dezembro de 2013.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA
RELATOR

APROVADO

16.12.13

VEJO Nº 25/13

Senhor Presidente,

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.

Em, 09 DEZ. 2013

1º Secretário



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 305/2013-DAP/SA, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, combinado com o § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei Complementar nº 8/2013, por considerá-lo contrário ao interesse público, pelos motivos adiante expostos.

O Projeto de Lei Complementar nº 008/2013, de iniciativa parlamentar, altera a Lei Complementar nº 59, de 1º de outubro de 1991, cujo teor transcreve-se abaixo:

“Art. 1º Altera a súmula, o art. 3º e o caput do art. 4º da Lei Complementar nº 59, de 1º de outubro de 1991, que passam a vigorar com a seguinte redação:

“Súmula: dispõe sobre a repartição do ICMS, a que alude o art. 2º da Lei nº 9.491, de 21 de dezembro de 1990, aos municípios com mananciais de abastecimento e unidades de conservação ambiental.

(...)

Art. 3º Os municípios contemplados na presente Lei pelo critério de mananciais são aqueles que abrigam em seu território parte ou o todo de bacias hidrográficas e mananciais de abastecimento público atual para municípios vizinhos, e aqueles que abrigam em seu território parte ou o todo de áreas de interesse de mananciais de abastecimento público reconhecidas por decreto estadual.

Art. 4º A repartição de cinco por cento do ICMS ecológico a que alude o art. 2º da Lei nº 9.491, de 21 de dezembro de 1990, será feita a seguinte maneira:”

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.”

O não acolhimento ao Projeto de Lei em exame decorre de razões de

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL

AJB/Prot.nº 13.012.351-1

I – À DAP para leitura no expediente.
II – À DL para providências.

Em 09/12/2013

Presidente



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

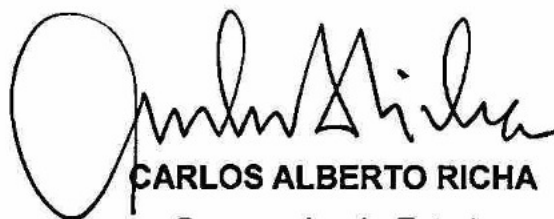
falta de interesse público porque, durante o trâmite do Projeto de Lei pelo Poder Executivo, a Procuradoria Geral do Estado, através da Procuradoria de Proteção Ambiental e Outros Interesses Difusos ou Coletivos, bem como o Instituto das Águas do Paraná, Autarquia vinculada à Secretaria Estadual do Meio Ambiente se manifestaram de forma contrária ao Projeto de Lei Complementar apresentado.

Também foi levado em conta que, em relação aos 5% do ICMS a serem repartidos entre os municípios, caso o Projeto de Lei em exame fosse sancionado, haveria ampliação do rol de municípios beneficiados, implicando em redução significativa do valor a ser recebido por aqueles que já sofrem restrições no uso e na ocupação do seu território em prol do abastecimento público de municípios vizinhos e não do abastecimento de sua população.

Dessa forma, vetei o Projeto de Lei Complementar nº 008/2013, por entender que contraria o interesse público, lembrando que a sanção desse projeto de lei complementar acarretaria em impacto financeiro negativo em todos os municípios cuja receita atualmente é composta majoritariamente pelos recursos oriundos da repartição do ICMS Ecológico.

Esses são os motivos que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, em anexo, restituo a essa Assembleia Legislativa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.



CARLOS ALBERTO RICHÁ
Governador do Estado



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

SEEG

CTL

Fls. 03

Projeto de Lei Complementar nº 8/2013 (Autoria do Deputado Francisco Bühler)

Altera a Lei Complementar nº 59, de 1º de outubro de 1991.



A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º Altera a súmula, o art. 3º e o *caput* do art. 4º da Lei Complementar nº 59, de 1º de outubro de 1991, que passam a vigorar com a seguinte redação:

“Súmula: dispõe sobre a repartição do ICMS, a que alude o art. 2º da Lei nº 9.491, de 21 de dezembro de 1990, aos municípios com mananciais de abastecimento e unidades de conservação ambiental.

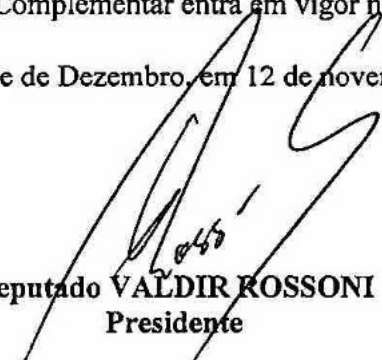
(...)


Art. 3º Os municípios contemplados na presente Lei pelo critério de mananciais são aqueles que abrigam em seu território parte ou o todo de bacias hidrográficas e mananciais de abastecimento público atual para municípios vizinhos, e aqueles que abrigam em seu território parte ou o todo de áreas de interesse de mananciais de abastecimento público reconhecidas por decreto estadual.


Art. 4º A repartição de cinco por cento do ICMS ecológico a que alude o art. 2º da Lei nº 9.491, de 21 de dezembro de 1990, será feita a seguinte maneira:”

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Dezenove de Dezembro, em 12 de novembro de 2013.


Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente


Deputado PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES FILHO
1º Secretário


Deputado ADEMIR BIER
2º Secretário



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PARECER À PROPOSIÇÃO DE VETO Nº. 25/2013

PROPOSIÇÃO DE VETO Nº. 25/2013

AUTOR: PODER EXECUTIVO

SÚMULA: Veto o Projeto de Lei Complementar nº 08/2013, de autoria do Deputado Francisco Buhner, que altera a Lei Complementar nº 59, de 1º de outubro de 1991.

EMENTA: PROPOSIÇÃO DE VETO. TEMPESTIVO NOS TERMOS ART. 71, §1º CF. ENCAMINHAMENTO AO PLENÁRIO. PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O Projeto de Lei Complementar nº 08/2013, de autoria do Deputado Francisco Buhner, que altera a Lei Complementar nº 59, de 1º de outubro de 1991, tendo sido vetado pelo Senhor Governador do Estado, pelo uso das atribuições previstas no artigo 71, §1º da Constituição Federal Brasileira.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a tempestividade da proposição de veto ora em tela.

A Constituição Estadual estabelece, em seu artigo 71, que o Governador do Estado quando considerar determinado Projeto de Lei inconstitucional, deve vetá-lo, em até quinze dias úteis, contados da data do seu recebimento.

Art. 71. Concluída a votação, a Assembléia Legislativa enviará o projeto de lei ao Governador do Estado, que, aquiescendo, o sancionará.

§ 1º Se o Governador julgar o projeto, em todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, dentro de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente da Assembléia Legislativa os motivos do veto. (...) (grifo nosso)

Assim, considerando-se que o Projeto de Lei Complementar nº 08/2013 foi enviado à sanção e recebido pelo Poder Executivo em data de **19 de Novembro de 2013**, iniciando a contagem como determinada na Constituição Estadual, temos que a proposição de veto nº 25/2013, foi exarada em data de **05 de Dezembro de 2013**, sendo desta maneira tempestivo.




Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Esta Comissão de Constituição e Justiça, dentro de suas competências regimentais, atesta que o veto foi aposto tempestivamente, respeitando o prazo legal.

CONCLUSÃO

Em razão do exposto, haja vista o procedimento de veto seguir os ditames constitucionais, esta comissão posiciona-se **FAVORÁVEL** ao encaminhamento do presente veto ao plenário.

Sala das Comissões, 16 de Dezembro de 2013.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEP. PEDRO LUFION
RELATOR


APROVADO

16.12.13 